

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	66
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	69
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	70
10.5 - Políticas contábeis críticas	73
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	76
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	77
10.8 - Plano de Negócios	78
10.9 - Outros fatores com influência relevante	81

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Na data deste Formulário de Referência, não temos uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades e a fins de atender os requisitos estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, adotaremos uma Política de Gestão de Riscos e Auditoria Interna formal, a qual será oportunamente aprovada e, de qualquer modo, antes da divulgação do aviso ao mercado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Política de Gestão de Riscos").

Além disto, adotaremos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Política de Gestão de Riscos Financeiros e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Comitê de Ética.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos, poderão ser consultados em nosso website de relações com investidores: [ri.iguasaneamento.com.br](http://ri.iguasaneamento.com.br).

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da nossa Política de Gestão de Riscos é entender, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão.

Além disso, referida Política tem como objetivo definir as principais etapas dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Classificação das Conclusões de Relatórios.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nas Seções 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- Estratégico: são os riscos associados à tomada de decisão da Administração e que podem gerar perda substancial no nosso valor econômico. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, e mudanças em nosso ambiente de negócio;
- Financeiro: risco de perda ou insuficiência de recursos financeiros pela Companhia, relacionados às exposições de mercado (taxas de juros e flutuações de preços e indexadores), de crédito de contraparte (nas aplicações financeiras, por exemplo) ou de liquidez (indisponibilidade de caixa para fazer frente às obrigações);
- Operacionais: são os riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de nossos recursos; e
- Regulatório/Legal: são os riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao nosso setor de atuação, bem como de leis gerais (meio ambiente, trabalhista, cível e tributário/fiscal).

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Dentre os principais instrumentos que utilizamos na gestão de nossos riscos, podemos apontar:

- Estratégico: (i) monitoramento e controle de gastos; (ii) auxílio na elaboração de contingências; e (iii) mapeamento e melhoria de processos.
- Financeiro: Utilizamos a metodologia "what if", como boa prática de gestão, o que consiste em identificar e tratar os riscos financeiros por meio de mapeamento e indagação aos responsáveis pelo processo. Por exemplo, é necessário analisar o processo com este ponto de vista: "E se o cliente não pagar? E se o fornecedor não oferecer uma condição mais flexível de pagamento? E se o empréstimo bancário for pago com atraso?". Desta forma, é possível analisar com cautela quais as medidas que serão necessárias e o prazo para tratamento dos riscos.

A gestão de risco de mercado é conduzida utilizando-se (mas não se limitando a) diferentes estratégias para mitigar ou eliminar o risco:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Gestão de indexadores contratuais
- Análise e equilíbrio entre ativos e passivos da companhia
- Análise de alternativas para precificação dos contratos de fornecedores
- Operacionais: O Grupo entende que a adequada gestão do Risco Operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os colaboradores e nesse sentido investe constantemente na disseminação da cultura de Risco Operacional. Além de um alto padrão ético na condução dos negócios em todos os níveis da organização, busca-se incutir entre seus colaboradores uma consciência preventiva, mitigando a exposição da empresa aos riscos operacionais.
- Regulatório/Legal: Identificamos os pontos críticos da nossa atividade que devem ser tratados com prioridade, fornecendo subsídio para que sempre esteja em conformidade com a disposição das normas, evitando, assim, possíveis prejuízos pelo não cumprimento das mesmas.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

#### ***Departamento de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos e o Departamento de Auditoria Interna***

O Departamento de Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, em conjunto com o Departamento de Auditoria Interna, é responsável por:

- (a) realizar o planejamento anual de Gestão de Riscos e Auditoria, diagnosticando os riscos em cada unidade de negócio, bem como as ações existentes para redução, recomendando ações corretivas sempre que necessário;
- (b) reportar ao Comitê de Auditoria e Presidente do Conselho de Administração, os riscos mais relevantes e as suas respectivas propostas de mitigação através de controles internos;
- (c) desenvolver e classificar os relatórios de mapeamentos de riscos e *drafts* de resultado de auditoria, de acordo com os níveis definidos na Política de Gestão de Riscos;
- (d) apoiar os gestores na definição de planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação dos planos de ação; e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- (e) liderar os trabalhos de auditoria interna para detecção de riscos e para monitoramento da eficácia dos controles internos para mitigar tais riscos.

***Departamento de Auditoria Interna***

O Departamento de Auditoria Interna é responsável por monitorar e aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gestão de riscos.

***Comitê de Auditoria***

O Comitê de Auditoria é responsável por:

- (a) acompanhar e suportar as ações tomadas e a serem tomadas pela equipe de Gestão de Riscos, garantindo o cumprimento do planejamento anual dos trabalhos a serem realizados;
- (b) manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de Gestão de Riscos e aprovar eventuais sugestões de alteração, caso necessário
- (c) definir o apetite a riscos da Companhia;
- (d) validar o relatório de consolidação de riscos da Companhia;
- (e) aprovar a referida Política e suas futuras revisões.

**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada. Adicionalmente, possuímos um Comitê de Governança, Risco e Compliance - Comitê de Auditoria instalado, que também supervisiona os riscos de conformidade.

Conforme informado na Seção 12.1, foi criado o Comitê de Auditoria estatutário no âmbito do Novo Estatuto Social, o qual possui sua eficácia condicionada à

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

disponibilização do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (a) Política de formalizada de gerenciamento de riscos mercado

Adotaremos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos financeiros, incluindo riscos de mercado, a qual será oportunamente aprovada e, de qualquer modo, antes da divulgação do aviso ao mercado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Política de Gestão de Riscos Financeiros"). Entendemos que a correta identificação e gestão de riscos financeiros é um importante vetor de governança, ainda que tenhamos uma abordagem conservadora e baixa complexidade em nossas atividades.

Nossa Política de Gestão de Riscos Financeiros pode ser acessada no nosso website de relações com investidores: [ri.iguasaneamento.com.br](http://ri.iguasaneamento.com.br).

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Nosso resultado operacional pode ser afetado por mudanças macroeconômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial. A Política de Gestão de Riscos Financeiros tem como objetivo mensurar o potencial impacto de tais mudanças e orientar as nossas ações para mitigar eventuais impactos adversos.

Além disso, adotamos medidas específicas para gestão de risco de liquidez e gestão de risco de crédito das nossas contrapartes.

#### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- (i) Risco de Taxa de Juros: decorrentes dos nossos contratos de financiamento e empréstimos e debêntures, bem como outros recebíveis e obrigações futuras;
- (ii) Inflação e indexadores: pode ser decorrente de diversas situações, como a correção dos contratos de concessão e recebíveis que regem o nosso faturamento, contratos com fornecedores, dívidas e investimentos; e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Além disso, monitoramos e administramos os Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Temos como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir exposições relevantes a variáveis de mercado que possam produzir impactos a valor justo. Monitoramos periodicamente possíveis impactos financeiros e contábeis decorrentes de variações de mercado em cenários distintos.

A gestão de risco de mercado é conduzida utilizando-se (mas não se limitando a) diferentes estratégias para mitigação ou transferência de risco:

- Adequação dos indexadores contratuais;
- Equilíbrio entre nossos ativos e passivos financeiros;
- Análise de alternativas para precificação dos contratos de fornecedores; e
- Uso de instrumentos financeiros.

**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Priorizamos a mitigação de riscos através do equilíbrio de indexadores entre contratos ativos e passivos. Atualmente não temos nenhum instrumento contratado com a intenção específica de proteção patrimonial, mas buscamos ativamente o balanceamento de exposições decorrentes de instrumentos (i) não financeiros; e (ii) financeiros não-derivativos.

Não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente a companhia não tem nenhum contrato derivativo vigente.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*****Risco de Mercado***

Para o gerenciamento das flutuações nas taxas de juros, inflação e indexadores, e câmbio, utilizamos modelos de projeção de diferentes cenários para determinar possíveis impactos para a Companhia.

***Risco de Crédito***

Estamos expostos ao risco de crédito da contraparte em nossas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com Partes Relacionadas).



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua pulverização. Para as operações financeiras a companhia tem diretrizes definidas de diversificação e limites rígidos de exposição por contraparte, baseados em *ratings* das agências classificadoras e no patrimônio líquido de cada instituição.

***Risco de Liquidez***

Para gerenciamento do risco de liquidez, estruturamos os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos em conformidade com o cronograma de pagamentos, monitorando os prazos de liquidação dos direitos e obrigações de modo a não afetar a liquidez. O acompanhamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos. Também estabelecemos diretrizes internas de caixa mínimo para minimizar riscos relacionados a cenários improváveis.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não contratamos instrumentos financeiros para fins diversos de proteção patrimonial.

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos financeiros é realizado pelo nosso departamento financeiro, sob supervisão do Departamento de Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos e do Departamento de Auditoria Interna.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, possuímos um Comitê de Governança, Risco e *Compliance* – Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa ("CBGC"), e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia está em fase de mapeamento de processos operacionais, com o objetivo de construir fluxos, identificar riscos e implementar controles mitigatórios a partir deste trabalho.

Adicionalmente, implementamos e mantemos práticas e atividades de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e atividades de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos disposto a incorrer na busca de retorno e geração de valor.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Governança, Risco e *Compliance* - Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Atualmente, possuímos um Comitê de Governança, Risco e *Compliance* - Comitê de Auditoria não estatutário de caráter permanente, que, nos termos de seu Regimento Interno, tem por finalidade acompanhar: (i) o funcionamento de todo o nosso sistema de governança corporativa, contribuindo para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais de governança corporativa aplicáveis, podendo propor melhorias no nosso sistema de governança corporativa; (ii) o gerenciamento integrado dos nossos riscos, de forma a contribuir para a boa gestão dos recursos, a proteção e valorização do seu patrimônio; (iii) as práticas de prevenção e o combate a atos de corrupção, por

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

meio da observância irrestrita da Lei Anticorrupção, verificando as regras e princípios de conduta aplicáveis a todos os seus colaboradores e parceiros no desempenho de suas funções ou na prestação de serviços à Iguá, com o propósito de prevenir a ocorrência de quaisquer atos de corrupção; e (iv) acompanhar o sistema de controles internos e a auditoria independente da Companhia, no sentido de verificar sua efetividade.

Ademais, o atual Comitê de Auditoria tem como principais atribuições propor ao Conselho de Administração:

- I. eventuais melhorias das práticas de auditoria, controles internos, governança corporativa, do código de ética e da política de transações com partes relacionadas da Companhia;
- II. supervisão a contínua aderência às exigências legais, estatutárias e regulatórias de mercado e às práticas de governança corporativa formalmente adotadas pela Companhia;
- III. avaliação dos processos de supervisão, monitoramento e gerenciamento de riscos da Companhia;
- IV. acompanhamento dos riscos relacionados a processos judiciais ou administrativos em curso;
- V. reportar as atividades do Comitê nas reuniões Conselho de Administração;
- VI. realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação;
- VII. recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- VIII. analisar as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, inclusive as notas explicativas e relatório da administração, bem como o relatório dos auditores independentes previamente à divulgação, reportando ao Conselho de Administração quando necessário; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- IX. recomendar à Administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Nos termos do Novo Estatuto Social, possuiremos um Comitê de Auditoria estatutário que será responsável por acompanhar nossas atividades da auditoria interna e da nossa área de controles internos, bem como por avaliar e monitorar suas exposições de risco.

Entre as competências do nosso Comitê de Auditoria estatutário, nos termos do seu Regimento Interno e do Novo Estatuto Social, encontram-se as seguintes:

- I. propor ao Conselho de Administração eventuais melhorias das práticas de auditoria, controles internos, governança corporativa, do código de conduta e da política de transações com partes relacionadas da Companhia;
- II. supervisionar a contínua aderência às exigências legais, estatutárias e regulatórias de mercado e às práticas de governança corporativa formalmente adotadas pela Companhia;
- III. avaliar os processos de supervisão, monitoramento e gerenciamento de riscos da Companhia;
- IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. reportar as atividades do Comitê nas reuniões Conselho de Administração;
- VI. realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação;
- VII. recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

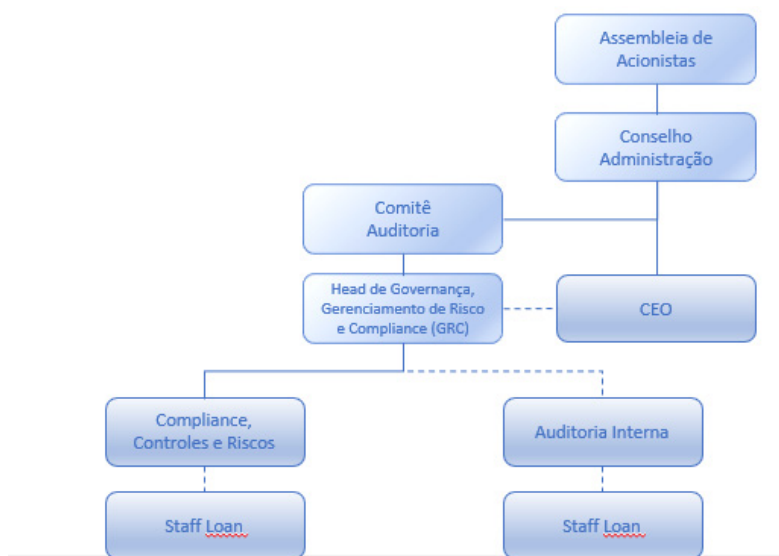
- VIII. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas e relatório da administração, bem como o relatório dos auditores independentes previamente à divulgação, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;
- IX. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas internas (incluindo a política de transações com partes relacionadas), práticas e procedimentos da Companhia.

A área de Gestão de Riscos tem como reporte direto o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, reportando-se administrativamente ao CEO.

O *head* de Gestão de Riscos é responsável por controlar a área de *Compliance*, Riscos e Auditoria Interna, incluindo a gestão do Canal de Denúncias, sendo essas áreas independentes em sua forma de atuação e reporte.

A área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, gerenciadas pelo *head* de Gestão de Riscos.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Não foram apontadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia, mas sim falhas de controles.

A seguir indicamos as principais falhas de controles e seus respectivos planos de ação para mitigar as falhas apontadas nos controles internos da Companhia:

*Fragilidade no processo de cadastro/efetivação do reajuste tarifário que inclui parametrização sistêmica sem revisão e/ou processo formal de revisão.*

No processo de revisão de reajuste tarifário, foi apontado a falta de procedimento padronizado e formalmente estabelecido para apuração, registro e revisão do reajuste.

Está sendo desenvolvido procedimento de revisão para implantar diretrizes que assegurem de forma preventiva a ocorrência de erros no processo de revisão e na formalização das evidências de revisão do processo, bem como, de forma adicional, desenvolver controles internos onde o departamento de auditoria possa efetuar revisões amostrais sobre cada uma das unidades e dos parâmetros modificados antes da efetiva vigência da nova tarifa.

*Movimentações de capital em empresas do Grupo não são refletidas tempestivamente no processo de fechamento contábil.*

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No processo de movimentação de capital foi identificado falta dos registros exatos e atualizações de capital, podendo haver discrepância não resolvidas em participações individuais.

A companhia irá criar controles internos sobre deliberação de aumento de capital nas empresas e seus devido registro na competência contábil.

*Ausência de controle de manutenção de contas de acesso oriundas de transferências.*

Durante o processo de entendimento do processo de TI, foi identificado a ausência de controle periódico de revisão de acesso de usuários e perfis de acesso das aplicações.

Será implantado revisão periódica de 100% (cem por cento) das contas existentes, de forma que cada gestor de processo valide corretamente se as contas de acesso e os perfis atrelados a estas são adequados para toda conta existente nos seguintes níveis da infraestrutura tecnológica.

*Fragilidade no controle de concessão de acessos.*

No decorrer da análise do ambiente de tecnologia, observou-se a inexistência da política de concessão de novos acessos.

As políticas e procedimentos estão em fase de elaboração, focando no acesso aos ambientes de dados, funções e responsabilidades de cada tipo de usuário e também será criado perfis de usuários para cada função.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Em atenção às deficiências constatadas, a área de Gestão de Riscos, com o suporte da alta Administração do Grupo juntos aos seus Conselheiros, se comprometerá em mitigar os riscos atrelados mediante o desenvolvimento e aplicação de controles internos.

O diagnóstico da atual situação de nossos riscos será entregue em novembro de 2019 e, a partir deste momento, estaremos aptos a implantar melhorias significativas nos processos críticos de toda a Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Na data deste Formulário de Referência, possuímos as seguintes políticas:

- (i) Política de Relacionamento com o Poder Público;
- (ii) Política de Relacionamento com Terceiros;
- (iii) Política de Transações com Partes Relacionadas;
- (iv) Política de Anticorrupção e Antitruste;
- (v) Política de Pessoas Expostas Politicamente;
- (vi) Política de Conflito de Interesses;
- (vii) Política de *Due Diligence*;
- (viii) Política de Doações e Patrocínios;
- (ix) Política de Medidas Disciplinares;
- (x) Política de *Compliance*;
- (xi) Política de Fusões e Aquisições Societárias;
- (xii) Política de Oferta e Recebimento de Presentes, Brindes e Hospitalidades;
- (xiii) Política de Gestão de Riscos e Auditoria Interna;
- (xiv) Política de Gerenciamento de Crises; e
- (xv) Regulamento Interno do Comitê de Ética.

Ainda, a fins de atender os requisitos estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, aprovaremos oportunamente e, de qualquer modo, antes da divulgação do aviso ao mercado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, as seguintes políticas: (i) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (ii) uma nova versão da Política de Gestão de Riscos e Auditoria Interna; e (iii) Código de Conduta.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Possuímos atividades de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal atividade está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Conduta que será oportunamente atualizado e reformulado, conforme detalhadas a seguir.

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

Temos como princípios fomentar a transparência de nossas atividades, proteger nosso patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 21 de agosto de 2019, reformulamos e atualizamos nosso código de conduta, quando o Conselho de Administração aprovou nosso Código de Conduta atual.

Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, as investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta serão realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ensejar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) branda, advertência oral , (ii) leve, advertência por escrito, (iii) média, suspensão de 01 (um) dia , (iv) grave, suspensão de no mínimo 03 (três) dias ou (v) Gravíssima, desligamento: demissão sem ou por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Ademais, todos os nossos colaboradores deverão firmar o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão anexo ao Código de Conduta, comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Conduta.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, sem uma periodicidade formal previamente estabelecida, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

Por fim, possuímos o “Canal de Denúncias Iguá”, que garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade das pessoas envolvidas, internas ou externas, e colabora para promover um ambiente melhor para todos.

***ii as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

Nosso Departamento de *Compliance* é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade estabelecidos no Código de Conduta.

Conforme nossas políticas e documentos societários, a criação de nosso Departamento de *Compliance* não necessitou de uma aprovação formal ou implementação de mecanismos próprios de garantia de independências, tendo suas responsabilidades formalizadas em nosso Código de Conduta.

Importante ressaltar que a área de auditoria interna possui (i) suas atividades reportadas ao Conselho de Administração diretamente; (ii) atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração; (iii) estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração; e (iv) responsabilidade para aferir os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### ***iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

Aprovaremos oportunamente e, de qualquer modo, antes da divulgação do aviso ao mercado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, nosso Código de Conduta. O Código de Conduta será revisado, pelo menos, anualmente ou sempre que for necessário conforme avaliado pela nossa administração, lembrando que qualquer modificação no documento deverá ser aprovada formalmente pelo Conselho de Administração.

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Os princípios e diretrizes do Código de Conduta devem ser difundidos entre todos os conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição).

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

O Código de Conduta estabelece que devemos propiciar treinamentos periódicos a todos os nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

Anualmente é realizado treinamentos formais, com o intuito de treinar e educar 100% (cem por cento) dos colaboradores com o tema Código de Conduta. Estes treinamentos são desenvolvidos pelo Departamento de *Compliance*.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ensejar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) branda, advertência oral; (ii) leve, advertência por escrito; (iii) média, suspensão de um dia; (iv) grave, suspensão de no mínimo três dias; ou (v) gravíssima, desligamento: demissão sem ou por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta será oportunamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração e poderá ser consultado no nosso website <https://www.iguasa.com.br/etica-e-conduta> e <http://ri.iguasaneamento.com.br/>.

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Disponibilizamos um canal para o envio de denúncias em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é interno e operacionalizado por um terceiro garantindo a imparcialidade e independência, e nosso Código de Conduta estabelece que eventuais investigações devem ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por nossos fornecedores, parceiros, prestadores de serviço e representantes comerciais, pelos seguintes meios: (i) <https://www.linhaetica.com.br/etica/iguasaneamento>; (ii) telefone: 0800 713-0051; (iii) e-mail: [iguasaneamento@linhaetica.com.br](mailto:iguasaneamento@linhaetica.com.br); (iv) caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo - SP.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

O Código de Conduta estabelece que devemos assegurar a confidencialidade e independência do canal de denúncias, garantindo ainda a possibilidade de envio de dúvidas, sugestões ou eventuais denúncias de forma anônima.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

O Grupo, as Pessoas Vinculadas e/ou demais pessoas que estiverem envolvidas na operação societária devem:

- (i) observar o período no qual devem abster-se de negociar valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (ii) assegurar que seus contratos comerciais não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas;
- (iii) caso a potencial operação envolva outra companhia aberta, analisar se existe a necessidade/obrigatoriedade de uma oferta pública para a aquisição de todas as demais participações societárias de emissão da empresa-alvo;
- (iv) respeitar as disposições na Política de Transação com Partes Relacionadas, caso a transação envolva Partes Relacionadas; e
- (v) analisar a necessidade de aprofundar análises e/ou estudos para confirmar a existência ou não de conflito de interesses de determinada Pessoa Vinculada e/ou de outras pessoas que tiverem conhecimento de tratativas envolvendo operações societárias, em razão do cargo ou posição que ocupam, inclusive terceiros. Caso seja identificado conflito de interesse, recomenda-se que a pessoa não seja envolvida em questões relacionadas à operação e/ou que sejam criados mecanismos que assegurem que a referida pessoa não terá qualquer influência sobre as decisões a serem tomadas no curso da operação.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

**5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não houve alterações significativas nos nossos riscos, visto que o gerenciamento de riscos iniciou em 2018 pela nova administração da Companhia.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há informações relevantes sobre o item 5 deste Formulário de Referência.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

### **10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais**

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016, e com as informações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Companhia, relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de contabilidade-IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras elaboradas em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e para as informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas incluíram as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; (ii) os períodos de 6 (seis) meses encerrados em 30 de junho de 2019 e 2018; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

#### **Fatores que afetam os resultados das operações da Companhia**

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia foram positivamente influenciados pela melhoria operacional de nossas operações, aumento no número de economias de água e esgoto, aumento no volume faturado de esgoto, diminuição das perdas e centralização dos processos administrativos, com a criação do Centro de Serviços Compartilhados, em São José do Rio Preto/SP.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Evolução no número de economias de água e esgoto***

Discriminação		jun/19	jun/18	AH% (19/18)	dez/18	AH% (18/17)	dez/17	AH% (17/16)	dez/16
Número de economias água <sup>(1)</sup>	un	460.398	450.613	2,17%	455.358	2,75%	443.190	2,90%	430.700
Número de economias esgoto <sup>(1)</sup>	un	290.762	275.361	5,59%	279.999	7,01%	261.662	0,91%	259.301
Número de economias (água + esgoto) <sup>(2)</sup>	un	751.160	725.974	3,47%	735.357	4,33%	704.852	2,15%	690.001

<sup>(1)</sup>Economia: Prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam uma única instalação de abastecimento de água e/ou esgotos.

Economias abastecidas: Moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água. Em um prédio com ligação para abastecimento de água, cada apartamento é considerado uma economia abastecida, que pode estar ativa ou inativa.

<sup>(2)</sup>Economias esgotadas: Unidades tributáveis, conforme registro no serviço de esgotamento sanitário. Em um prédio com ligação para esgotamento sanitário, cada apartamento com ocupação residencial é considerado uma economia esgotada. O conceito de economias esgotadas também pode ser utilizado para ligações comerciais, industriais e públicas.

Houve um incremento de 2,9% de economias de água entre 2016 e 2017 e um incremento de 2,75% entre 2017 e 2018, saltando de 430.700 economias em 2016, para 443.190 em 2017 e 445.358 em 2018. Em relação à economia de esgoto, há um incremento de 0,91% entre 2016 e 2017 e de 7,01% entre 2017 para 2018, saltando de 259.301 em 2016 para 261.662 em 2017 e 279.999 em 2018.

***Aumento no volume faturado de água e esgoto***

Discriminação		dez/18	AH%(18/17)	dez/17	AH%(17/16)	dez/16
Volume faturado água	m <sup>3</sup>	78.707.907	2,69%	76.647.431	1,79%	75.297.935
Volume faturado esgoto	m <sup>3</sup>	43.874.522	1,20%	43.355.786	4,20%	41.607.575
Volume faturado (água + esgoto)	m <sup>3</sup>	122.582.429	2,15%	120.003.217	2,65%	116.905.510

Com relação ao volume faturado de água, tivemos um incremento de 1,79% quando comparado 2016 e 2017 e um incremento de 2,69% quando comparado 2017 e 2018. Com relação ao volume faturado de esgoto, tivemos um incremento de 4,2% quando comparado 2016 e 2017 e um incremento de 1,2% quando comparado 2017 e 2018.

O volume total faturado (água + esgoto) foi incrementado em 2,65% quando comparado 2016 e 2017 e um incremento de 2,15% quando comparado 2017 e 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Diminuição das perdas***

Dados Gerais		jun/19	jun/18	AH%	dez/18	AH% (18/17)	dez/17	AH% (17/16)	dez/16
Água não Faturada - ANF <sup>(1)</sup>	%	41%	45%	-8%	44%	-4%	46%	-4%	48%

<sup>(1)</sup>Volume de água que se perde no processo de distribuição por vazamentos ou desvios da tubulação.

Comparando 2016 e 2017, observamos uma redução em nossa ANF (Água Não Faturada) de 4%, passando de 48% para 46%. Quando comparamos 2017 e 2018, temos também uma redução de 4% nas perdas da Companhia, encerrando o exercício de 2018 em 44% de ANF (Água Não Faturada).

**(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

A Companhia passou por uma reorganização societária em 2017 e estabeleceu o compromisso de ser a melhor empresa de saneamento para o Brasil em termos de imagem (valorização das pessoas e inovação), ambiental social e governança (excelência de gestão estratégia, transparência e disciplina) e financeira (crescimento e rentabilidade). Desde então, estamos presentes em 37 municípios com o objetivo único de levar saneamento às populações atendidas e ajudar o país a alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Com 14 concessões e 4 parcerias público-privadas (PPPs), estamos inseridos na vida de 7,1 milhões de pessoas que compõem comunidades dos mais diferentes portes. Tal condição nos dá conhecimento sobre distintas realidades do saneamento no país e nos credencia a superar os mais diversos desafios técnicos e operacionais.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios.

Em continuidade ao desenvolvimento das operações da Companhia, no primeiro semestre de 2019 fomos capazes de demonstrar uma sólida evolução operacional marcada por conquistas importantes, beneficiando diretamente a população atendida por nós e o meio ambiente. Dentre as principais entregas operacionais destacam-se:

- Inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto Fartura, em Sanessol – SP, cidade com aproximadamente 60 mil habitantes. Com a entrega a

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

cidade alcança a universalização em coleta e tratamento de esgoto, tornando-se referência em saneamento no cenário nacional.

- Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Estoril, em Atibaia – SP. A ampliação inclui novos sistemas de gradeamento e desarenação, melhorias na elevatória e aperfeiçoamento no sistema de energia. Com a ampliação dobramos o volume de esgoto tratado.
- Inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto Caetetuba em Atibaia – SP, que passará a atender 25 novos bairros com o serviço de coleta e tratamento de esgoto domiciliar.

Continuamos também buscando melhoria contínua em nossos processos de gestão e valorizando soluções inovadoras para levar o atendimento aos clientes a um novo patamar. Por exemplo:

- No segundo trimestre foram abertas as inscrições para a segunda edição do Iguá Lab, uma iniciativa inovadora em busca Startups com soluções para o saneamento. O Iguá Lab foi eleito a ideia mais inovadora do ano de 2018 no PPP Awards, o mais relevante prêmio de Parcerias Público-Privadas (PPP) do país.
- Reforçando a preocupação em priorizar, melhorar o atendimento e simplificar a vida do cliente, foi lançada a plataforma Digi Iguá, uma plataforma digital de atendimento que oferece facilidade e comodidade para os clientes.
- Ainda no trimestre, as nossas lojas físicas passaram a contar com máquinas de cartões ampliando a possibilidade de pagamento de faturas.

As informações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 refletem a continuidade desta fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro. Apresentamos abaixo os principais destaques do período:

- Melhoras em diversos indicadores operacionais, tais como: (i) água não-faturada, (ii) inadimplência, (iii) volume faturado e (iv) número de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

economias, fruto não só dos investimentos realizados no período, mas também de aumento do nível de eficiência e foco na qualidade dos serviços prestados em cada um dos seus contratos.

- Em maio de 2019 foi finalizada a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia no valor de R\$120 milhões de reais e com vencimento em 10 de maio de 2026. Os recursos captados reforçam o caixa da Companhia, ampliando a liquidez e a capacidade de investimentos em suas operações.

**b. Estrutura de Capital**

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$756,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$646,3 milhões, R\$449,6 milhões em dezembro de 2017 e R\$130,0 milhões em dezembro de 2016.

A estrutura de capital da Companhia era composta por (i) 31,6% capital próprio e 68,4% capital de terceiros em 30 de junho de 2019; (ii) 29,5% de capital próprio e 70,5% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2018; (iii) 33,2% de capital próprio e 66,8% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2017; e (iv) 8,7% de capital próprio e 91,3% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2016.

A predominância do capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da sua opção por empregar recursos de terceiros no financiamento do seu crescimento, de forma a maximizar o seu valor, considerando as atraentes condições de financiamento existentes no mercado.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A tabela abaixo descreve a distinção entre capital próprio e de terceiros nos períodos indicados:

<b>(Em milhares de R\$, exceto %)</b>	<b>Em 30 de junho de</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.641.199	1.543.942	1.355.844	1.497.347
Capital próprio (patrimônio líquido)	756.906	646.262	449.591	130.018
Capital Total (terceiros + próprio)	2.398.105	2.190.204	1.805.435	1.627.365
Parcela de capital de terceiros	68,4%	70,5%	66,8%	91,3%
Parcela de capital de próprio	31,6%	29,5%	33,2%	8,7%

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis conservadores de alavancagem.

A relação entre capital de terceiros e participações de não controladores e patrimônio líquido, em 30 de junho de 2019 foi de 2,15x, em 31 de dezembro de 2018 foi de 2,24x, em 31 de dezembro de 2017 foi de 2,96x e em 31 de dezembro de 2016 foi de 11,12x. Essa redução reflete o empenho da Companhia em manter sua dívida líquida em patamares saudáveis, sendo capaz de honrar com seus compromissos de curto prazo e de capital de giro de suas controladas e ainda manter o cronograma de investimentos necessários para o cumprimento dos contratos de concessão.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A Diretoria entende que o índice de alavancagem sobre o patrimônio líquido se manteve em patamares saudáveis indicando caixa líquido e permitindo que a Companhia satisfizesse as suas despesas com empréstimos e financiamentos e aquisições e seguir com seu plano de crescimento. A tabela abaixo apresenta o passivo total da Companhia e a participação de não controladores nos períodos indicados:

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Total do passivo e participação de não controladores	1.649.625	1.552.541	1.358.699	1.498.554
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(43.474)	(124.248)	(27.830)	(52.906)
(=) Total do passivo e participação de não controladores Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa (A)	1.606.151	1.428.293	1.330.869	1.445.648
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	748.480	637.663	449.591	130.018
Índice de alavancagem (A/B)	2,15	2,24	2,96	11,12

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A administração da Companhia entende que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros.

Após a reestruturação da Companhia, que permitiu a renegociação e repactuação de seus contratos de financiamentos, a Companhia encerrou o período de 30 de junho de 2019 com 87% do seu endividamento em longo prazo.

Este aumento é justificado, principalmente, pela 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$120 milhões, em 10 de maio de 2019, e com vencimento em 10 de maio de 2025, além de emissões de outras novas dívidas.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Desde a nossa constituição, utilizamos a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de nossos acionistas, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendemos apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos para realização de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nossos investimentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras assumidas perante terceiros.

Dada a relevância do saneamento para a sociedade e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida da população, o setor historicamente conta com fontes de financiamento diferenciadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Em especial, a Caixa Econômica Federal, atuando como agente repassador dos recursos do FGTS destinados ao programa Saneamento para Todos, bem como o BNDES, através de suas linhas de financiamento de projetos, tem papel destacado no financiamento de novos investimentos. A Companhia tem utilizado tais alternativas, sendo que as operações das suas subsidiárias Agreste Saneamento, Águas de Colíder, Águas de Pontes e Lacerda, e Águas de Alta Floresta utilizaram como alternativa de financiamento empréstimo sob o programa Saneamento para Todos<sup>1</sup>, e destas apenas Agreste Saneamento ainda tem saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2019. As operações de suas subsidiárias de Águas de Cuiabá, Paranaguá Saneamento, Spat Saneamento, Sanessol Saneamento, Guaratinguetá Saneamento, utilizaram linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, sendo que todas ainda tem saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2019. Detalhes das linhas mencionadas podem ser encontrados na seção 10.1 (f) abaixo.

Além disso, a Companhia desenvolveu relacionamento com diversas instituições financeiras que vem suportando as demandas de financiamentos para capital de giro e/ou financiamentos, ainda que por prazos mais curtos do que os providos pelas instituições públicas. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, os saldos em aberto em empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos (circulante e não circulante), era de R\$1.197,4 milhões, R\$1.112,7 milhões e R\$1.281,2 milhões, respectivamente e em 30 de junho de 2019, o saldo era de R\$1.297,8 milhões.

---

<sup>1</sup> O Programa Saneamento para Todos, instituído pela Resolução 476, de 31 de maio de 2005, objetiva promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano com outras políticas setoriais, com vista ao aumento da cobertura dos serviços de saneamento básico, incluídos os serviços de resíduos sólidos.

Este programa foi regulamentado pela Instrução Normativa 23, de 23 de julho de 2005, do Ministério das Cidades, que prevê as regras para o financiamento dos projetos com utilização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como estratégia de diversificação das fontes de financiamento, também utilizamos emissões de debêntures como alternativa de captação de recursos. Em 30 de junho de 2019, a Companhia tem debêntures em aberto emitidas pelas suas subsidiárias Águas de Cuiabá e Paranaguá Saneamento, além da 3ª e 4ª séries emitidas pela holding Igua Saneamento.

### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Pretendemos manter nossa estratégia de combinação entre capital próprio e de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendermos apropriado, poderemos nos capitalizar, seja por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures contratados com terceiros, seja por meio de emissão de novas ações.

### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

#### **i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento da Companhia é composto, principalmente, por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, em especial bancos públicos como BNDES e Caixa Econômica Federal, com o objetivo de viabilizar a execução de contratos de concessão e de parcerias público privadas celebrados entre nós (por meio de nossas controladas) e a administração pública (direta e/ou indireta).

Eventualmente, contraímos dívidas caracterizadas como empréstimos ponte junto a bancos comerciais.

Em 30 de junho de 2019, os nossos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) totalizavam R\$1.297,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, os nossos empréstimos, e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) totalizaram R\$1.197,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, os nossos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos totalizavam R\$ 1.112,7 milhões. E em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.281,2 milhões.

O aumento no segundo trimestre de 2019 justifica-se pela 4ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$120 milhões de reais além de emissões de outras novas dívidas (Cédulas de Crédito Bancário – CCB em controladas).



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia têm por objetivo (i) ampliação do nível de atendimento aos usuários de seus serviços; (ii) redução de suas perdas operacionais; (iii) ganhos de eficiência e reabilitação dos sistemas de água e esgoto, para garantir a integridade dos mesmos; e (iv) financiar ciclos de investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebradas pela Companhia. Essas medidas ampliam a sua rede de atuação e a interação entre a Companhia e a administração pública (direta ou indireta, conforme o caso). Adicionalmente, a Companhia destina parte destes recursos para aumentar seu volume de capital de giro e também para financiar algumas de suas aquisições.

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os seus recebíveis (tarifas cobradas aos usuários de seus serviços e repasses recebidos da contraparte das PPPs, penhor de ações de suas controladas, fianças bancárias e avais de acionistas.

*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

A tabela a seguir apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia com terceiros, bem como os respectivos saldos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Empresa	Credor	Vencimento.	Índice e Taxa de juros (%)	Saldo devedor em (R\$ milhões de Reais)			
				30.06.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Paranaguá Saneamento	BNDES	nov/24	(Subcréditos: A e C): TJLP + 1,4% a.a. (Subcréditos: B e D): TJLP + 1,4% + 1% a.a.	8,04	9,6	11,46	14,1
	Bradesco	2016	17,50% + CDI	0	0	0	105,6
	BNDES	abr/22	TJLP + 1,4% a.a.	3,2	3,8	4,57	5,7
	Itaú BBA	mar/19	100% CDI + 2,00% a.a.	-	19,9	19,31	21,1

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

SPAT Saneamento	BNDES	jan/24	TJLP + 2,9% a.a.	143,04	155	176,2	195,3
Iguá Saneamento	CCB Bradesco	2019	15,09% + CDI	0	0	0	106,9
Sanessol	BNDES	mai/25	Subcréditos: A1, B1 e C1): TJLP + 1,4% a.a.	6,04	8,3	11,3	14,2
			(Subcréditos: A2, B2 e C2): TJLP + 1,4% + 1% a.a.				
	Haitong	jan/19	100% CDI + 4,5% a.a	-	-	7,9	6,9
	BTG	nov/21	100% CDI + 4,45% a.a	19,37	20	-	-
Guaratinguetá Saneamento	BNDES	fev/27	TJLP + 1,4% a.a	6,04	6,4	7,16	7,9
Águas Cuiabá	BNDES	set/32	Subcrédito B: IPCA +NTN-B 2,76% a.a	281,48	273,5	259,68	235,4
			TR + 6,5% + 3,5% a.a.				
Águas Colíder	CEF	ago/23	158% CDI a.a.	-	-	1,4	1,6
	Caixa Geral	mar/19	100% CDI + 4,45% a.a	-	-	5	4,5
	BTG	out/21	TR + 6,5% + 4% a.a.	7,79	8,1	-	-
Águas Alta Floresta	CEF	fev/23	158% CDI a.a.	-	-	2,4	2,8
	Caixa Geral	mar/19	100% CDI + 4,45% a.a	-	-	6,5	5,9
	BTG	out/21	TR + 8% + 4% a.a.	11,69	12,1	-	-
Águas Pontes e Lacerda	CEF	jul/20	TR + 6,5% + 4% a.a.	-	-	0,71	1

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	CEF	abr/20	158% CDI a.a.	-	-	0,56	0,7
	Caixa Geral	03/2019	100% CDI + 4,45% a.a	-	-	4,19	3,8
	BTG	out/21	TR + 8,7% a.a	8,77	9,1	-	-
Agreste Saneamento	CEF	ago/34	158% CDI a.a.	158,84	161,72	167,3	171,6
Águas Comodoro	Caixa Geral	03/2019	100% CDI + 4,45% a.a	-	-	2,12	1,9
	BTG	out/21	156% CDI a.a.	2,92	3	-	-
Águas Canarana	Caixa Geral	mar/19	100% CDI + 4,5% a.a	-	8	7,3	6,8
Atibaia Saneamento	Haitong	jan/19	100% CDI + 3,5% a.a	-	32	28,81	25,1
	BTG	04/2022	100% CDI + 4,50% a.a	50,35	-	-	-
ESAP	Haitong	jan/19	(Subcréditos: A e C): TJLP + 1,4% a.a.	-	3	3,13	2,8
Total	-	-	-	<b>717,6</b>	<b>733,1</b>	<b>727,0</b>	<b>941,6</b>
Passivo Circulante	-	-	-	107,9	131,5	43,5	333,4
Passivo Não Circulante	-	-	-	609,6	601,6	683,5	608,2

A tabela a seguir apresenta as principais características das debêntures emitidas pelas empresas do grupo, bem como os respectivos saldos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Empresa	Série	Vencimento	Índice e Taxa de juros (%)	Saldo devedor em (R\$ milhões de Reais)			
				30.06.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Iguá Saneamento	2ª Emissão	2020	100% CDI + 2,85% a.a.	-	-	7,1	84,6

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	3ª Emissão	dez/23	100% CDI + 4,8% a.a.	49,31	59	-	-
	4ª Emissão	mai/26	100% CDI + 3,5% a.a.	120,4	-	-	-
Paranaguá Saneamento	1ª Emissão	set/25	100% CDI + 3,00% a.a.	164,07	158,9	143,2	-
Águas Cuiabá	1ª Emissão	set/24	100% CDI + 3,0%	246,3	246,3	235,3	252,1
Total	-	-	-	<b>580,1</b>	<b>464,2</b>	<b>385,6</b>	<b>336,7</b>
Passivo Circulante	-	-	-	58,3	34	-	336,7
Passivo Não Circulante	-	-	-	521,8	430,2	<b>385,6</b>	-

**Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes**

Apresentamos abaixo a descrição dos contratos financeiros relevantes da Companhia na data deste Formulário de Referência:

**4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.**

Em 29 de abril de 2019 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da quarta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$120,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 84 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de maio de 2026.

A taxa incidente na emissão é de CDI + 3,5% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em suas sociedades investidas.

Em 30 de junho de 2019 o saldo deste contrato era R\$ 120,0 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 4,5x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2020: igual ou inferior a 4,2x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2021: igual ou inferior a 3,8x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2022: igual ou inferior a 3,5x;

O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

### ***3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.***

Em 27 de março de 2018 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$70,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 69 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2023.

A taxa é de CDI + 4,8% ao ano.

Em 30 de junho de 2019, o saldo deste contrato era R\$ 49,3 milhões.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em sua sociedade investida Águas Cuiabá S.A. e para reforço de capital de giro da Companhia.

### ***Contrato de Financiamento BNDES da Águas Cuiabá S.A.***

A Águas Cuiabá S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 26 de agosto de 2014.

Em 14 de dezembro de 2016 foi assinado o Primeiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 11 de janeiro de 2017 foi assinado o Segundo aditivo ao contrato de financiamento. Em 23 de junho de 2017 foi assinado o Terceiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 14 de janeiro de 2018 foi assinado o Quarto aditivo ao contrato de financiamento.

O valor de principal do Contrato é de R\$327,5 milhões, os recursos são destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no limite territorial urbano no Município de Cuiabá e dos Distritos de Caxipó

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do Ouro, Guia, Aguaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, divididos nos seguintes subcréditos: (i) Subcrédito "A": R\$260,5 milhões e (ii) Subcrédito "B": R\$67 milhões.

Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 2,76% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 2,76% a.a. acima da Taxa de Referência divulgada pelo BNDES – que, no caso deste contrato, é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Em 30 de junho de 2019 o saldo desta dívida era de R\$ 281,5 milhões.

O contrato BNDES Cuiabá é garantido, integralmente: (i) através de 100% das ações da Águas Cuiabá, onde PCT e Companhia são acionistas; (ii) cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios emergente do Contrato de Concessão de Cuiabá e (iii) aval solidário da Iguá Saneamento. Além disso, as controladoras diretas Iguá Saneamento e indiretas GALPAR detêm obrigações de aportes de capital no caso da Águas Cuiabá: (i) não comprovar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3; (ii) utilizar recursos oriundos da conta reserva; e (iii) caso a fiança prestada por instituição financeira em substituição à mencionada conta reserva seja executada pelo BNDES e não tenha ocorrido a emissão de nova fiança no prazo e conforme termos estipulados no contrato de cessão fiduciária.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD maior ou igual a 1,3x.

### **1ª Emissão de Debêntures – Águas Cuiabá**

Em 08 de setembro de 2014, a Águas Cuiabá realizou a primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos.

Em 01 de dezembro de 2014 foi celebrado o primeiro aditamento na escritura, e em 20 de julho de 2017 foi celebrado o segundo aditamento.

Os termos da emissão descritos a seguir consideram as alterações decorrentes dos referidos aditivos.

O valor do principal das debêntures é de R\$273,6 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Sobre o valor do principal incidem juros da seguinte maneira: da data de emissão até 15 de setembro de 2016, 100% do CDI + 3,00% a.a. , após essa data até 20 de julho de 2017, incidem juros remuneratórios de CDI + 4,00% a.a. e desta data em diante 100% do CDI + 3,00%.

O valor nominal das debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela paga no 60º mês, ou seja, em 15 de setembro de 2019 e a última em 15 de setembro de 2024.

Em 30 de junho de 2019 o saldo desta emissão era de R\$ 246,3 milhões.

Os recursos desta emissão foram utilizados integralmente para amortização da 6ª emissão de notas promissórias emitidas pela Águas Cuiabá.

As debêntures da Águas Cuiabá são garantidas pela Iguá Saneamento e PCT Participações e tem como agente fiduciário a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD maior ou igual a 1,3x.

### ***Contrato de Financiamento e Repasse – Empréstimo CEF Agreste Saneamento***

Em 18 de dezembro de 2013 a Agreste Saneamento celebrou Contrato de Financiamento e Repasse com a Caixa Econômica Federal com objetivo de financiar investimentos voltados à melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande e São Brás, todos do Estado de Alagoas.

O valor de principal do Empréstimo é de R\$146,8 milhões sobre os quais incidem juros equivalentes a 100% da taxa referencial - TR, acrescidos de 6,0% a.a. de taxa de juros, 2,0% a.a. de taxa de administração e de 0,7% a.a. de taxa de risco de crédito.

Em 30 de junho de 2019 o saldo deste contrato era R\$ 158,8 milhões.

O Empréstimo CEF –Agreste Saneamento é garantido (i) vinculação de 100% da receita da Agreste Saneamento, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*) e observadas as regras de liberação dos recursos a serem depositados em tais contas; (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios, representados pela receita vinculada e empenhada; e penhor de 100% das ações de emissão da Agreste Saneamento.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor principal será amortizado, mensalmente, por meio de parcelas mensais e sucessivas no sistema Price, após um período máximo de carência 48 meses. Esse período é medido através de uma possível antecipação da conclusão das obras. Os juros durante o período de carência serão integrados ao valor do principal. Sendo vencimento do contrato em fevereiro de 2035.

A Agreste Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Capital Social maior ou igual a 20% CAPEX; e
- ICSD maior ou igual a 1,3.

### ***Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê -SPAT***

Em 06 de abril de 2009, a SPAT Saneamento celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0032.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Posteriormente, as partes celebraram um termo aditivo ao contrato de financiamento por meio do qual se alterou a destinação dos recursos disponibilizados.

O valor de principal do Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê é de R\$275,0 milhões.

O saldo deste contrato em 30 de junho de 2019 era de R\$ 143,0 milhões.

A incidência de juros obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a.: o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 2,8% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a.: O percentual de 2,8% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor.

Incide ainda sobre a operação encargo por reserva de crédito de 0,1% sobre: (i) o saldo não utilizado de cada parcela do crédito a partir do dia de sua disponibilidade até a data de sua utilização; e (ii) o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da devedora, ou por iniciativa do BNDES.

O Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê prevê as seguintes garantias: (i) penhor das ações das intervenientes controladoras, Iguá Saneamento e Galvão Engenharia S.A., na própria SPAT Saneamento; (ii) fiança da interveniente fiadora, Empresa Nacional de



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Participações S.A. – ENPAR (esta obrigação não existe mais dado o cumprimento das condições de liberação dessa garantia previstas em contrato); (iii) para o valor que exceder R\$250.000.000,00, apresentar carta fiança e (iv) contrato de suporte dos acionistas no caso de eventual descumprimento dos índices econômico-financeiros previstos em contrato. Em ambas as hipóteses, a responsabilidade assumida é solidária e envolve todas as obrigações até o final da liquidação deste contrato.

A SPAT obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD maior ou igual a 1,3;
- Margem do EBITDA maior ou igual 55%; e
- Dívida total/Ativo total menor ou igual a 0,8.

### ***Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sanessol***

A Saneamento de Mirassol – Sanessol S.A. celebrou o Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.0370.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 13 de maio de 2010, contrato este aditado em 04 de outubro de 2011 através do ADITIVO Nº 01.

O contrato tem vencimento previsto para 15 de maio de 2025.

O valor de principal é de R\$24,2 milhões divididos nos subcréditos seguintes: (i) Subcréditos “A1” e “A2”: R\$4,3 milhões cada; (ii) Subcréditos “B1” e “B2”: R\$7,2 milhões cada; (iii) Subcréditos “C1” e “C2”: R\$0,4 mil cada.

O saldo do contrato em 30 de junho de 2019 era R\$ 6,8 milhões.

A incidência de juros para os subcréditos “A1”, “B1”, “C1” obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a: o montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 1,4% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor dos subcréditos “A1”, “B1”, “C1”.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a: O percentual de 1,4% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor dos subcréditos “A1”, “B1” e “C1”.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A incidência de juros para os subcréditos "A2", "B2", "C2" obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a: o montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 1,4% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. e de 1% a.a. incidirá sobre o saldo devedor dos subcréditos "A2", "B2", "C2".
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a: O percentual de 1,4% a.a. acrescido da própria TJLP e de 1% a.a. incidirá sobre o saldo devedor dos subcréditos "A2", "B2", "C2".

Incidirá ainda sobre a operação encargo por reserva de crédito de 0,1% sobre: (i) o saldo não utilizado de cada parcela do crédito a partir do dia de sua disponibilidade até a data de sua utilização; e (ii) o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da devedora, ou por iniciativa do BNDES.

O Contrato BNDES Sanessol é garantido, integralmente, por fiança, formalizada por meio de Carta Fiança, válida pelo prazo de 12 meses, renovável por prazo não inferior a 12 meses, durante toda a vigência deste contrato.

### ***Cédula de Crédito Bancário – CCB BTG Atibaia***

Em 29 de abril de 2019 a Atibaia Saneamento emitiu cédula de crédito bancário em favor do Banco BTG Pactual S.A. no valor de principal de R\$ 50,0 milhões.

A cédula tem vencimento previsto para 29 de abril de 2022.

Em 30 de junho de 2019, o saldo deste contrato era de R\$ 50,3 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de *spread* de 3,5% a.a.

A Atibaia Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 5,0x;
- Dívida Líquida / EBITDA para os demais anos do contrato: igual ou inferior a 3,5x;
- e
- ICSD maior ou igual a 1,1x.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **1ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento**

Em 29 de agosto de 2017, a Paranaguá Saneamento formalizou instrumento particular de escritura da primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, conforme definido no 1º aditamento de 17 de outubro de 2017, no valor total de emissão de R\$ 138,8 milhões.

Em 30 de junho de 2019, o saldo desta emissão era R\$ 164,0 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de *spread* de 3,0% a.a.

O prazo de vencimento é de 96 meses contados da data de emissão, sendo vencimento previsto para 04 de setembro de 2025.

O contrato conta como garantia o aval prestado pela Iguá Saneamento, a alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida/EBITDA em 2019: menor ou igual a 5,0x;
- Dívida Líquida/EBITDA em 2020: menor ou igual a 4,0x; e
- Dívida Líquida/EBITDA a partir de 2021: menor ou igual a 3,5x.

### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; e (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Nos contratos financeiros celebrados com o BNDES, estes poderão vencer antecipadamente se for comprovada: (i) a redução do quadro pessoal da Companhia sem atendimento a certos requisitos no contrato; (ii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado, relativamente à prática de atos, por nós, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (iii) o não cumprimento de dispositivo que importe obrigações constantes no contrato ou (iv) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações do contrato.

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e suas controladas cumprem com todas as obrigações, índices financeiros e limites estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Para mais informações acerca de obrigações por nós assumidas em nossos contratos financeiros, ver item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

Além disso, a legislação, que regula nossos contratos de concessão e parceria público privadas, bem como todos os nossos referidos contratos, veda a alienação de nosso controle acionário sem a prévia anuência do poder concedente ou do parceiro público, conforme o caso.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

As restrições que nos foram impostas nos contratos de empréstimos descritos acima estão sendo atendidas. Para maiores informações sobre a porcentagem de utilização dos limites de crédito que possuímos junto às instituições financeiras nas quais contratamos financiamentos, ver a tabela apresentada no item 10.1.f. (ii) deste Formulário de Referência.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores:

**As variações ao resultado da Companhia estão comparando os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 em relação ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2018**

<i>em milhares de reais</i>	<b>30/06/2019</b>	<b>AV%</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>436.147</b>	<b>100%</b>	<b>309.268</b>	<b>100%</b>	<b>41,0%</b>
Custo dos serviços prestados	(286.588)	65,7%	(171.029)	55,3%	67,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>149.559</b>	<b>34,3%</b>	<b>138.239</b>	<b>44,7%</b>	<b>8,2%</b>
Despesas operacionais					
Comerciais	(70.895)	-16,3%	(62.028)	-20,1%	14,3%
Administrativas e gerais	(5.978)	-1,4%	(6.259)	-2,0%	-4,5%
Outras receitas (despesas), líquidas	(64.916)	-14,9%	(55.286)	-17,9%	17,4%
	(1)	0,0%	(483)	-0,2%	-99,8%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalências patrimonial e impostos</b>	<b>78.664</b>	<b>18,0%</b>	<b>76.211</b>	<b>24,6%</b>	<b>3,2%</b>
Receitas financeiras	14.399	3,3%	11.500	3,7%	25,2%
Despesas financeiras	(68.618)	15,7%	(64.987)	-21,0%	5,6%
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(54.219)</b>	<b>-12,4%</b>	<b>(53.487)</b>	<b>-17,3%</b>	<b>1,4%</b>
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	2.327	0,5%	3.131	1,0%	-25,7%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>26.772</b>	<b>6,1%</b>	<b>25.855</b>	<b>8,4%</b>	<b>3,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.161)	-2,3%	(7.373)	-2,4%	37,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.932)	-1,8%	(2.423)	-0,7%	227,4%
<b>Resultado do período</b>	<b>8.679</b>	<b>2,0%</b>	<b>16.059</b>	<b>5,2%</b>	<b>-46,0%</b>

*Receita operacional líquida*

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 41% quando comparado ao período de seis meses findo em 30 junho de 2019 e 2018, alcançando o valor de R\$436.1 milhões em 30 junho de 2019 contra R\$309,3 milhões em 30 junho de 2018.

Esse aumento advém do incremento de economias de água e esgoto e reajustes tarifários previstos nos contratos de concessão e PPPs da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Custo dos serviços prestados*

Os custos de serviços prestados teve um aumento de 67,6%, passando de R\$171,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 para R\$286,6 milhões em junho de 2019. A variação dos custos com saneamento e outros serviços ficaram em 2,8%, passando de R\$104,8 milhões para R\$107,7 milhões. O maior impacto vem do aumento do custo de construção, um aumento de 170,2% em relação período findo de seis meses em 30 de junho de 2018, passando de R\$66,1 milhões para R\$178,8 milhões período findo de seis meses em 30 de junho de 2019, impactado pelo aumento no volume de investimentos nos contratos da Companhia. Em junho de 2019, os custos de serviços prestados representaram 65,7% em relação à receita líquida, contra 55,3% em 2018. Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

<b>Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>AV%</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Custo de construção	(178.805)	62,4%	(66.182)	38,7%	170,2%
Energia elétrica	(22.207)	7,7%	(19.329)	11,3%	14,9%
Despesas com pessoal	(22.973)	8,0%	(25.159)	14,7%	-8,7%
Depreciação e amortização	(22.376)	7,8%	(18.873)	11,0%	18,6%
Serviços de terceiros	(18.229)	6,4%	(16.841)	9,8%	8,2%
Outorga e taxas de fiscalização	(14.649)	5,1%	(13.879)	8,1%	5,5%
Materiais auxiliares	(4.754)	1,7%	(5.742)	3,4%	-17,2%
Materiais diretos	(3.628)	1,3%	(2.102)	1,2%	72,6%
Outros custos	(2.579)	0,9%	(2.751)	1,6%	-6,3%
Provisão para perda do valor recuperável	(1.077)	0,4%	-	0,0%	n/a
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(1.517)	0,5%	(1.456)	0,9%	4,2%
Créditos de PIS e COFINS	6.206	-2,2%	1285,0	-0,8%	383,0%
<b>Total</b>	<b>(286.588)</b>		<b>(171.029)</b>		<b>67,6%</b>

*Lucro bruto*

O lucro bruto da Companhia aumentou 8,2% ou seja R\$11,3 milhões, passando de R\$138,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho 2018 para R\$149,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, reflexo das melhorias em nossa receita de saneamento e outros serviços prestados e otimização dos custos operacionais da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Em junho de 2019, o lucro bruto representou 34,3% em relação a receita líquida, contra 44,7% em 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas operacionais*

As despesas operacionais da Companhia tiveram um crescimento de 14,3% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 quando comparado com o mesmo período de 2018, passando de R\$62 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 para R\$70,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as despesas operacionais representam 16,3% em relação a receita líquida, contra 20,1% em 2018. Abaixo quadro descritivo das despesas:

<b>Despesas operacionais (em milhares de R\$)</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>AV%</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Serviços de terceiros	(18.065)	25,5%	(20.664)	33,3%	(12,6)%
Despesa com pessoal	(28.038)	39,5%	(20.229)	32,6%	38,60%
Outras despesas	(15.802)	22,3%	(14.011)	22,6%	12,78%
Depreciação e amortização	(8.031)	11,3%	(5.925)	9,6%	35,54%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(365)	0,5%	(239)	0,4%	52,72%
Materiais	(191)	0,3%	(167)	0,3%	14,37%
Energia elétrica	(170)	0,2%	(191)	0,3%	(11,0)%
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(233)	0,3%	(602)	1,0%	(61,3)%
<b>Total</b>	<b>(70.895)</b>		<b>(62.028)</b>		<b>14,3%</b>

*Receita (despesas) financeiras líquidas*

O saldo da conta despesas e receitas financeiras passou de uma despesa financeira líquida de R\$53,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 para uma despesa financeira líquida de R\$54,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

As receitas provenientes, em 2019 de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários registraram um aumento de R\$1,5 milhões, resultado de manutenção de caixa mais elevado e melhora na remuneração das aplicações financeiras da Companhia.

<b>Receitas financeiras (em milhares de R\$)</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
	(6 meses)	(6 meses)
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.220	2.285
Juros sobre contas a receber de cliente	4.514	3.828
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	6.521	5.017
Receitas de operações com partes relacionadas	513	299
Descontos obtidos	1.114	71

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	234	-
Outras	283	-
<b>Total</b>	<b>14.399</b>	<b>11.500</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(57.495)	(54.248)
Outras	(5.594)	(3.941)
Comissões e despesas bancárias	(5.481)	(6.746)
Despesas de operações com partes relacionadas	(48)	(52)
<b>Total</b>	<b>(68.618)</b>	<b>(64.987)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(54.219)</b>	<b>(53.487)</b>

*Resultado antes dos impostos*

O resultado antes dos impostos da Companhia passou de R\$25,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 para R\$26,8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

*Resultado do período*

O lucro líquido apurado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$8,7 milhões, enquanto que no mesmo período em 2018 este valor foi de R\$16,1 milhões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 o resultado do período representou 2,0% em relação a receita líquida, contra 5,2% no mesmo período de 2018.

**As variações ao resultado da Companhia estão comparando o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

<i>em milhares de reais</i>	<b>2018</b>	<b>AV %</b>	<b>2017</b>	<b>%AV</b>	<b>AH %</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>744.954</b>	<b>100%</b>	<b>574.184</b>	<b>100%</b>	<b>29,7%</b>
Custo dos serviços prestados	(447.169)	-60,0%	(254.681)	-45,7%	70,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>297.785</b>	<b>40,0%</b>	<b>319.503</b>	<b>54,3%</b>	<b>-4,4%</b>
Despesas operacionais	(135.384)	-18,2%	(142.598)	-23,5%	0,5%
Comerciais	(15.583)	-2,1%	(19.768)	-2,1%	31,5%
Administrativas e gerais	(120.614)	-16,2%	(122.875)	-21,4%	-1,8%
Outras receitas (despesas), líquidas	813	0,1%	45	0,0%	1706,7%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalências patrimonial e impostos</b>	<b>162.401</b>	<b>21,8%</b>	<b>176.905</b>	<b>30,8%</b>	<b>-8,2%</b>
Receitas financeiras	22.034	3,0%	27.814	4,8%	-20,8%
Despesas financeiras	(142.116)	-19,1%	(145.472)	-25,3%	-2,3%
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(120.082)</b>	<b>-16,1%</b>	<b>(117.658)</b>	<b>-20,5%</b>	<b>2,1%</b>
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	(788)	-0,1%	14.347	2,5%	-105,5%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>41.531</b>	<b>5,6%</b>	<b>73.594</b>	<b>12,8%</b>	<b>-43,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.621	-2,1%	(8.362)	-1,5%	86,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.141)	-1,1%	(34.979)	-6,1%	-76,7%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>17.769</b>	<b>2,4%</b>	<b>30.253</b>	<b>5,3%</b>	<b>-41,3%</b>

*Receita operacional líquida*

Em comparação com dezembro de 2017, a receita operacional líquida cresceu 29,7%, ou R\$170,8 milhões, passando de R\$574,2 milhões em 2017 para R\$744,9 milhões em 2018.

A receita de saneamento e serviços é a métrica que apresenta o faturamento relacionado ao escopo principal de nossas operações e, por isso, reflete melhor o desempenho do nosso negócio. O crescimento da receita de saneamento e outros serviços em 2018 foi de 5,7%, ou R\$27,5 milhões, passando de R\$481,0 milhões em 2017 para R\$508,6 milhões em 2018.

Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento estão:

- (i) Águas Cuiabá: O aumento de R\$ 16,5 milhões na receita bruta de saneamento e outros serviços em 2018 é reflexo, principalmente, do aumento de 5,4 mil novas economias de água e 6,2 mil novas economias de esgoto, que impactam diretamente o volume faturado;
- (ii) Reajustes tarifários aplicados no período em determinados contratos de concessão assinados pelas concessionárias da Companhia;
- (iii) A receita de construção bruta, reflexo do volume de obras em nossos contratos, apresentou crescimento em 2018 de 93,5%, ou de R\$117,6 milhões, passando de R\$125,7 milhões em 2017 para R\$243,3 milhões em 2018. O aumento justifica-se pela retomada e aumento no ritmo dos investimentos em nossas operações, com destaque para: Águas Cuiabá: a

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

operação apresentou um aumento de R\$108,8 milhões na receita bruta de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A controlada iniciou a implantação do Sistema Sul de abastecimento de água, com contratações e fabricação da nova Estação de Tratamento de Água (ETA), e intensificou as obras para atender as metas contratuais; e

- (iv) Paranaguá Saneamento: para o atendimento de metas contratuais, a operação intensificou seus investimentos e obras. Além disso, antecipou investimentos que trazem receita de maneira rápida e consequentemente apresentam retorno atrativo, resultando em um aumento de R\$33,1 milhões na receita bruta de construção no exercício findo em 31 de dezembro 2018 quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Cumprе ressaltar que a receita de construção ocorre nas subsidiárias da Igua Saneamento S.A. em decorrência da aplicação da norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1).

*Custos dos Serviços Prestados*

Os custos de serviços prestados teve um aumento de 70,2%, passando de R\$254,7 milhões em 2017 para R\$447,2 milhões em 2018. A variação dos custos com Saneamento e outros serviços ficaram em 22,2%, passando de R\$177,3 milhões em 2017 para R\$216,7 milhões em 2018. Esse aumento é principalmente atribuível ao aumento do custo de construção da Companhia, um aumento de 170,3% em relação a 2017, passando de R\$85,2 milhões em 2017 para R\$230,4 milhões em 2018, em razão do aumento no volume de investimentos nos contratos de concessão e PPPs da Companhia. Em 2018 os custos de serviços prestados representaram 60% em relação a receita líquida, contra 44,4% em 2017. Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

<b>Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>2017</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Custo de construção	(230.402)	51,5%	(88.161)	34,6%	161,3%
Despesas com pessoal	(52.354)	11,7%	(52.279)	20,5%	0,1%
Energia elétrica	(42.569)	9,5%	(43.289)	17,0%	(1,7%)
Depreciação e amortização	(39.124)	8,7%	(37.138)	14,6%	5,3%
Serviços de terceiros	(34.261)	7,7%	(36.277)	14,2%	(5,6%)
Outorga e taxas de fiscalização	(28.104)	6,3%	(24.832)	9,8%	13,2%
Materiais auxiliares	(10.049)	2,2%	(11.109)	4,4%	(9,5%)
Outros custos	(5.256)	1,2%	(5.971)	2,3%	(12,0%)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Materiais diretos	(5.137)	1,1%	(5.308)	2,1%	(3,2%)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(2.691)	0,6%	(3.447)	1,4%	(21,9%)
Créditos de PIS e COFINS	2.778	(0,6%)	10.555	(4,1%)	(73,7%)
Reversão de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	0,0%	31.685	(12,4%)	n/a
<b>Total</b>	<b>(447.169)</b>		<b>(254.681)</b>		<b>75,6%</b>

A principal variação no grupo Custo dos serviços prestados se refere à reversão da provisão para perdas por redução ao valor recuperável constituída no exercício de 2016 e revertida em 2017, em função da reestruturação da Companhia e entrada do novo acionista.

*Lucro bruto*

O lucro bruto da Companhia diminuiu 4,4% ou R\$13,8 milhões, passando de R\$319,5 milhões em 2017 para R\$297,8 milhões em 2018, reflexo do aumento no custo de construção da Companhia. Em 2018 o lucro bruto representou 40% em relação a receita líquida, contra 55,6% em 2017.

*Despesas operacionais*

As despesas operacionais da Companhia tiveram um crescimento de 1,09% quando comparado 2017 com 2018, passando de R\$142,6 milhões em 2017 para R\$136,2 milhões em 2018. Em 2018 as despesas operacionais representam 18,1% em relação a receita líquida, contra 24,8% em 2017, a principal variação foi em serviços de terceiros e se deve a contratação de consultorias jurídicas para atender as necessidades legais das controladas. Abaixo quadro descritivo das despesas:

<b>Despesas comerciais (em milhares de R\$)</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>2017</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Serviços de terceiros	(45.409)	33,3%	(40.076)	29,7%	13,3%
Despesa com pessoal	(42.316)	31,1%	(46.798)	34,7%	(9,6%)
Outras despesas	(31.132)	22,9%	(27.841)	20,7%	11,8%
Depreciação e amortização	(12.020)	8,8%	(8.687)	6,4%	38,4%
Energia elétrica	(447)	0,3%	(283)	0,2%	58,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.058)	3,0%	(595)	0,4%	582,0%
Materiais	(383)	0,3%	(378)	0,3%	1,3%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(432)	0,3%	(489)	0,4%	(11,7%)
<b>Total</b>	<b>(136.197)</b>		<b>(134.723)</b>		<b>1,1%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A principal variação no grupo de Despesas Operacionais se refere às Despesas Gerais e Administrativas, devido à reestruturação da companhia e descontinuidade de utilização da estrutura do acionista anterior.

*Receita (despesas) financeiras líquidas*

O resultado financeiro em 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$120,1 milhões. As receitas provenientes de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados registraram um aumento de R\$3,7 milhões, decorrente de um caixa mais elevado e melhora nas aplicações financeiras da Companhia em 2018.

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	565	8.907
Juros sobre contas a receber de cliente	8.851	7.855
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	10.949	7.201
Receitas de operações com partes relacionadas	448	2.891
Descontos obtidos	1.109	936
Outras	112	24
<b>Total</b>	<b>22.034</b>	<b>27.814</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(111.276)	(127.487)
Outras	(30.725)	(13.981)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	-	(46)
Despesas de operações com partes relacionadas	(115)	(123)
Variação de instrumento financeiro derivativo	-	(3.835)
<b>Total</b>	<b>(142.116)</b>	<b>(145.472)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(120.082)</b>	<b>(117.658)</b>

*Resultado antes dos impostos*

O resultado antes dos impostos da Companhia passou de R\$73,6 milhões em 2017 para R\$41,5 milhões em 2018. Em 31 de dezembro de 2018 o resultado antes dos impostos representaram 5,5% em relação a receita líquida, contra 12,8% em 2017.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido*

Em 2018 o imposto de renda e a contribuição social somaram-se R\$15,6 milhões e em 2017 somaram-se R\$8,3 milhões.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil reais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*Resultado do exercício*

O lucro apurado em 2018 foi de R\$17,8 milhões, enquanto que em 2017 este valor foi de R\$30,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018 o resultado do exercício representou 2,3% em relação a receita líquida, contra 5,3% em 2017.

**As variações ao resultado da Companhia estão comparando os períodos de 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro de 2017 em relação ao período de 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro de 2016**

<i>em milhares de reais</i>	<b>2017</b>	<b>AV %</b>	<b>2016</b>	<b>%AV</b>	<b>AH %</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>574.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>485.009</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,4%</b>
Custo dos serviços prestados	(254.681)	-44,4%	(289.985)	-59,8%	-12,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>319.503</b>	<b>55,6%</b>	<b>195.024</b>	<b>40,2%</b>	<b>63,8%</b>
Despesas operacionais	(142.598)	-24,83%	(139.547)	-28,77%	2,2%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Comerciais	(19.768)	-3,44%	(37.230)	-7,68%	-46,9%
Administrativas e gerais	(122.875)	-21,40%	(98.765)	-20,36%	24,4%
Outras receitas (despesas)	45	0,01%	(3.552)	-0,73%	-101,3%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalências patrimonial e impostos</b>	<b>176.905</b>	<b>30,8%</b>	<b>55.477</b>	<b>11,4%</b>	<b>218,9%</b>
Receitas financeiras	27.814	4,8%	33.275	6,9%	-16,4%
Despesas financeiras	(145.472)	-25,3%	(183.631)	-37,9%	-20,8%
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(117.658)</b>	<b>-20,5%</b>	<b>(150.356)</b>	<b>-31,0%</b>	<b>-21,7%</b>
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	14.347	2,5%	(6.858)	-1,4%	-309,2%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>73.594</b>	<b>12,8%</b>	<b>(101.737)</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-172,3%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.362)	-1,5%	(5.838)	-1,2%	43,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.979)	-6,1%	23.721	4,9%	-247,5%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>30.253</b>	<b>5,3%</b>	<b>(83.854)</b>	<b>-17,3%</b>	<b>-136,1%</b>

*Receita operacional líquida*

Em comparação com dezembro de 2016, a receita operacional líquida cresceu 18,4%, ou R\$89,2 milhões, passando de R\$485 milhões em 2016 para R\$574,2 milhões em 2017.

A receita de saneamento e serviços é a métrica que apresenta o faturamento relacionado ao escopo principal de nossas operações e, por isso, reflete melhor o desempenho do nosso negócio. O crescimento da receita de saneamento e outros serviços em 2017 em relação a 2016 foi de 14,7% ou R\$50,2 milhões, passando de R\$342,7 milhões em 2016 para R\$393,2 milhões em 2017. Outros serviços são compostos por serviços inerentes a prestação de serviços de água e esgoto, tais como, ligações de água e esgoto, religações, padronização de ligações, entre outros. Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento estão:

- (i) Águas Cuiabá: A operação apresentou aumento de R\$28,8 milhões na receita de saneamento e outros serviços em 2017. Obteve neste período aumento significativo do volume faturado, reflexo de ações pontuais na operação, tais como, intensificação de programa de caça fraude, incentivos a novas ligações, dentre outras;

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- (ii) Sanessol: após repactuação contratual, em Abril de 2017, que culminou com reequilíbrio contratual de 19,6%, a operação apresentou aumento de R\$4,8 milhões na receita de saneamento e serviços;
- (iii) Aumento do volume faturado consolidado de água em 2017 foi de 1,79% com relação ao ano de 2016.
- (iv) Crescimento no volume faturado consolidado de esgoto em 2017, foi de 4,20% com relação ao ano de 2016; e
- (v) Reajustes tarifários aplicados no período em determinados contratos de concessão assinados pelas concessionárias da Companhia.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos de concessão e PPPs e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades e apresentou crescimento entre os anos de 2016 e 2017 de 50% ou R\$42 milhões, passando de R\$83,7 milhões em 2016 para R\$125,7 milhões em 2017.

Cumprе ressaltar que a receita de construção ocorre nas subsidiárias da Igua Saneamento S.A. em decorrência da aplicação da norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1).

*Custos dos Serviços Prestados*

Os custos de serviços prestados teve uma redução de 12,2%, passando de R\$290 milhões em 2016 para R\$254,7 milhões em dezembro de 2017. A variação dos custos com Saneamento e outros serviços ficaram em -24,3 %, passando de 220,0 milhões em 2016 para R\$166,5 milhões em 2017. Os custos de construções teve um aumento de 26,1% 2016, passando de R\$69,9 milhões para R\$88,1 milhões no ano de 2017, impacto pelo aumento no volume de investimentos em nossos contratos. Em 2017 os custos de serviços prestados representaram 44,4% em relação a receita líquida, contra 59,8% em 2016. Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

<b>Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)</b>	<b>2017</b>	<b>AV%</b>	<b>2016</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Materiais diretos	(85.435)	33,5%	(84.435)	29,1%	1,2%
Construção	(88.161)	34,6%	(69.937)	24,1%	26,1%
Despesa com pessoal	(52.279)	20,5%	(44.439)	15,3%	17,6%
Depreciação e amortização	(37.138)	14,6%	(32.176)	11,1%	15,4%
Materiais indiretos	(36.179)	14,2%	(30.062)	10,4%	20,3%
Reversão / (provisão para perdas por redução ao valor recuperável)	31.685	(12,4%)	(31.273)	10,8%	(201,3%)
Crédito de PIS e COFINS	12.842	(5,0%)	2337,0	-0,8%	449,5%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outras despesas	(16)	0,0%	-	0,0%	n/a
<b>Total</b>	<b>(254.681)</b>		<b>(289.985)</b>		<b>(12,2%)</b>

As variações ocorridas entre 2017 e 2016, devem-se principalmente a retomada do fluxo normal de operações a partir de julho/2017, com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Lucro bruto*

Nosso lucro bruto aumentou 63,8% ou seja R\$124,5 milhões, passando de R\$195 milhões no período findo 2016 para R\$319,5 milhões no período findo em 2017. Em 2016 o lucro bruto representou 40,2% em relação a receita líquida, contra 55,6% em 2017, as variações ocorridas entre 2017 e 2016, devem-se principalmente a retomada do fluxo normal de operações a partir de julho/2017, com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Despesas operacionais*

Nossas despesas operacionais tiveram um crescimento de 2,2% quando comparado o 2016 com 2017, saltando de R\$139,5 milhões em 2016 para R\$142,6 milhões em 2017. Em 2017, as despesas operacionais representam 24,8% em relação a receita líquida, contra 28,8% em 2016, as variações ocorridas entre 2017 e 2016, devem-se principalmente a retomada do fluxo normal de operações a partir de julho/2017, com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Receita (despesas) financeiras líquidas*

<b>Receitas financeiras (em milhares de R\$)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	8.907	10.163
Juros sobre contas a receber de cliente	7.855	8.230
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	7.201	5.848
Variação de instrumento financeiro derivativo	-	5.596
Receitas de operações com partes relacionadas	2.891	3.320
Descontos obtidos	936	116
Outras	24	2
<b>Total</b>	<b>27.814</b>	<b>33.275</b>

**Despesas financeiras**

Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(127.487)	(171.453)
Outras	(13.981)	(10.609)



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Juros sobre atualização de impostos a recolher	(46)	(1.309)
Despesas de operações com partes relacionadas	(123)	(260)
Variação de instrumento financeiro derivativo	(3.835)	-
<b>Total</b>	<b>(145.472)</b>	<b>(183.631)</b>
<hr/>		
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(117.658)</b>	<b>(150.356)</b>

Apesar de um aumento no caixa da Companhia e melhora na gestão das aplicações financeiras, a linha total de receitas financeiras apresentou uma queda de R\$5,5 milhões. Passando de R\$33,3 milhões em 2016 para R\$27,8 milhões em 2017. As despesas financeiras apresentaram queda de R\$ 38,1 milhões, passando de R\$ 183,6 milhões em 2016 para R\$145,4 milhões em 2017, a melhora no resultado financeiro de R\$32,7 milhões, se deve a reestruturação da dívida da Companhia com a entrada do novo acionista em julho/2017.

As receitas provenientes de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários registraram um aumento de R\$1,3 milhões, confirmando um caixa mais elevado e melhora nas aplicações financeiras da Companhia em 2017, em função da reestruturação de capital.

A linha de instrumentos financeiros derivativos em 2016 correspondia ao swap de taxa pré-fixada para CDI conforme previsto na 1ª Emissão de Debêntures da Iguá que foi liquidada quando da implementação da reestruturação societária da Companhia.

As despesas financeiras provenientes a empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou uma redução de R\$43,9 milhões. Passando de R\$171,4 milhões em 2016 para R\$127,5 milhões em 2017. Redução resultado da reestruturação e melhora dos níveis de endividamento da Companhia.

*Resultado antes dos impostos*

O Resultado antes dos impostos da Iguá mostrou uma evolução muito significativa, passando de um resultado negativo de R\$101,7 milhões em 2016 para um resultado positivo de R\$73,6 milhões em 2017. Os fatores expostos acima explicam essa variação.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido*

Em 2017 o imposto de renda e a contribuição social somaram-se R\$8,3 milhões e em 2016 somaram-se R\$5,8 milhões.

*Resultado do exercício*

Como consequência das variações acima, decorrentes, principalmente da reestruturação financeira/societária da Companhia, referenciado ao item 6.3, e retomada de seus planos de negócio e estratégicos, o prejuízo líquido apurado em 2016, no montante de R\$83,8 milhões, converteu-se em lucro de R\$30,2 milhões em 2017, representando melhora de 136,1%.

**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018**

<i>em milhares de reais</i>	30/06/2019	AV%	31/12/2018	AV%	AH%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>574.240</b>	<b>23,9%</b>	<b>556.947</b>	<b>25,4%</b>	<b>3%</b>
Caixa e equivalente de caixa	43.474	1,8%	124.248	5,7%	-65%
Outros investimentos	219.255	9,1%	157.991	7,2%	39%
Depósitos bancários vinculados	38.004	1,6%	19.915	0,9%	91%
Contas a receber e outros recebíveis	238.910	10,0%	225.964	10,3%	6%
Dividendos a receber	-	0,0%	1.033	0,0%	-100%
Estoques	7.520	0,3%	6.270	0,3%	20%
Impostos e contribuição a recuperar	24.470	1,0%	19.878	0,9%	23%
Despesas antecipadas	2.607	0,1%	1.648	0,1%	58%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.823.865</b>	<b>76,1%</b>	<b>1.633.257</b>	<b>74,6%</b>	<b>12%</b>
Depósitos bancários vinculados	24.914	1,0%	8.980	0,4%	177%
Contas a receber e outros recebíveis	633.773	26,4%	628.169	28,7%	1%
Dividendos a receber	1.033	0,0%	-	0,0%	0%
Depósitos judiciais	7.321	0,3%	2.088	0,1%	251%
Impostos e contribuição a recuperar	10.260	0,4%	10.705	0,5%	-4%
Despesas antecipadas	163	0,0%	116	0,0%	41%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.370	3,1%	74.892	3,4%	-1%
Ativos de direito de uso	7.259	0,3%	-	0,0%	100%
Investimentos	63.972	2,7%	44.068	2,0%	45%
Imobilizado	13.895	0,6%	12.425	0,6%	12%
Intangível	986.905	41,2%	851.814	38,9%	16%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.398.105</b>		<b>2.190.204</b>		<b>9%</b>

<i>em milhares de reais</i>	30/06/2019	AV%	31/12/2018	AV%	AH%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>288.090</b>	<b>12,0%</b>	<b>298.868</b>	<b>13,6%</b>	<b>-4%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	68.875	2,9%	78.314	3,6%	-12%
Empréstimos e financiamentos	107.942	4,5%	131.503	6,0%	-18%
Debêntures	58.313	2,4%	34.060	1,6%	71%
Obrigações fiscais	24.933	1,0%	24.588	1,1%	1%
Provisões e encargos trabalhistas	25.259	1,1%	28.444	1,3%	-11%
Dividendos a pagar	934	0,0%	943	0,0%	-1%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.834	0,1%	1.016	0,0%	81%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.353.109</b>	<b>56,4%</b>	<b>1.245.074</b>	<b>56,9%</b>	<b>9%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	34.371	1,4%	34.097	1,6%	1%
Dividendos a pagar	544	0,0%	-	0,0%	100%
Empréstimos e financiamentos	609.660	25,4%	601.624	27,5%	1%
Debêntures	521.853	21,8%	430.195	19,6%	21%
Obrigações fiscais	65.955	2,8%	66.680	3,0%	-1%
Imposto de renda e contribuição diferidos	105.184	4,4%	97.839	4,5%	8%
Pagamento baseado em ações	1.525	0,1%	1.343	0,1%	14%
Provisão para contingências	7.323	0,3%	6.757	0,3%	8%
Provisão para perdas em investimentos	6.694	0,3%	6.539	0,3%	2%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>756.906</b>	<b>31,6%</b>	<b>646.262</b>	<b>29,5%</b>	<b>17%</b>
Capital social	889.070	37,1%	789.070	36,0%	13%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	45.004	1,9%	45.004	2,1%	0%
Custo de transação	(19.323)	-0,8%	(19.323)	-0,9%	0%
Reservas de capital	3.435	0,1%	371	0,0%	826%
Reservas reflexas	4.643	0,2%	4.643	0,2%	0%
Ágio em transações de capital	(65.252)	-2,7%	(65.252)	-3,0%	0%
Prejuízos acumulados	(109.097)	-4,5%	(116.850)	-5,3%	-7%
Participação de não controladores	8.426	0,4%	8.599	0,4%	-2%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.398.105</b>		<b>2.190.204</b>		<b>9%</b>

*Ativo Circulante*

O ativo circulante representa 23,9% do ativo total em 30 de junho de 2019, apresentando um aumento de R\$17,3 milhões ou 3%, passando de R\$556,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$574,2 milhões em 30 de junho de 2019.

*Caixa e equivalente de caixa, outros investimentos depósitos bancários vinculados*

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros investimentos e depósitos bancários vinculados diminuíram 0,47%, passando de R\$ 302,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 300,7 milhões em 30 de junho de 2019.

*Contas a receber e outros recebíveis*

Os saldos das contas a receber aumentaram R\$12,9 milhões ou 6% passando de R\$225,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$238,9 milhões em 30 de junho de 2019.

*Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante representa 76,1% do ativo total da Companhia em 30 de junho de 2018, apresentando um aumento de 12% no comparativo entre 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019, passando de R\$1.633,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.823,8 milhões em 30 de junho de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Investimentos*

O saldo da conta investimentos aumentou R\$19,9 milhões ou 45%, passando de R\$44,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 63,9 milhões em 30 de junho de 2019.

*Intangível*

O saldo da conta aumentou R\$135 milhões ou 16%, passando de R\$851,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$986,9 milhões em 30 de junho de 2019.

*Passivo Circulante*

O passivo circulante represente 12% do total de passivo e do patrimônio líquido, apresentou uma diminuição de R\$10,8 milhões ou -4%, passando de R\$298,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$288,1 milhões em 30 de junho de 2019.

*Empréstimo, financiamentos e Debêntures*

O saldo das contas empréstimos e financiamentos e debêntures apresentou aumento de R\$0,7 milhões ou 0,42%, passando de R\$165,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$166,3 milhões em 30 de junho de 2019.

*Obrigações fiscais*

O saldo da conta obrigações fiscais aumentou R\$0,3 milhões ou 1,14%, passando de R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$24,9 milhões em 30 de junho 2019.

*Provisões e encargos trabalhistas*

O saldo da conta provisões e encargos trabalhistas diminui R\$3,2 milhões ou 11%, passando de R\$28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 25,3 milhões em 30 de junho de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Passivo Não Circulante*

O passivo não circulante representa, em 31 de dezembro de 2018, 56,9% do passivo e do patrimônio líquido, contra 56,4% em 30 de junho de 2019 apresentando aumento de R\$108,0 milhões ou 9%, passando de R\$1.245,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1.353,1 milhões em 30 de junho de 2019.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido representa 31,6% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentou aumento de R\$110,6 milhões ou 17%, passando de R\$646,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 756,9 milhões em 30 de junho de 2019.

**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017**

<i>em milhares de reais</i>	<b>2018</b>	<b>AV %</b>	<b>2017</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>556.947</b>	<b>25,4%</b>	<b>357.374</b>	<b>19,76%</b>	<b>55,8%</b>
Caixa e equivalente de caixa	124.248	5,7%	27.830	1,54%	346,5%
Outros investimentos	157.991	7,2%	105.901	5,86%	49,2%
Depósitos bancários vinculados	19.915	0,9%	-	0,00%	n/a
Contas a receber e outros recebíveis	225.964	10,3%	195.413	10,81%	15,6%
Dividendos a receber	1.033	0,0%	-	0,00%	n/a
Estoques	6.270	0,3%	6.015	0,33%	4,2%
Impostos e contribuição a recuperar	19.878	0,9%	19.956	1,10%	-0,4%
Despesas antecipadas	1.648	0,1%	2.259	0,12%	-27,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.633.257</b>	<b>74,6%</b>	<b>1.450.916</b>	<b>80,24%</b>	<b>12,6%</b>
Depósitos bancários vinculados	8.980	0,4%	9.642	0,53%	-6,9%
Contas a receber e outros recebíveis	628.169	28,7%	650.511	35,97%	-3,4%
Dividendos a receber	-	0,0%	1.299	0,07%	-10,0%
Depósitos judiciais	2.088	0,1%	2.268	0,13%	-7,9%
Impostos e contribuição a recuperar	10.705	0,5%	13.574	0,75%	-21,1%
Despesas antecipadas	116	0,0%	-	0,00%	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.892	3,4%	60.444	3,34%	23,9%
Investimentos	44.068	2,0%	24.721	1,37%	78,3%
Imobilizado	12.425	0,6%	11.247	0,62%	10,5%
Intangível	851.814	38,9%	677.210	37,45%	25,8%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.190.204</b>		<b>1.808.290</b>		<b>21,1%</b>

<i>em milhares de reais</i>	<b>2018</b>	<b>AV %</b>	<b>2017</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>298.868</b>	<b>13,6%</b>	<b>131.809</b>	<b>7,29%</b>	<b>126,7%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Fornecedores e outras contas a pagar	78.314	3,6%	45.711	2,5%	71,3%
Empréstimos e financiamentos	131.503	6,0%	43.524	2,4%	202,1%
Debêntures	34.060	1,6%	-	0,0%	n/a
Obrigações fiscais	24.588	1,1%	17.775	1,0%	38,3%
Provisões e encargos trabalhistas	28.444	1,3%	23.546	1,3%	20,8%
Dividendos a pagar	943	0,0%	732	0,0%	28,8%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.016	0,0%	521	0,0%	95,0%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.245.074</b>	<b>56,9%</b>	<b>1.224.035</b>	<b>67,69%</b>	<b>1,7%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	34.097	1,6%	5	0,0%	681840,0%
Empréstimos e financiamentos	601.624	27,5%	683.515	37,8%	-12,0%
Debêntures	430.195	19,6%	385.619	21,3%	11,6%
Obrigações fiscais	66.680	3,0%	62.620	3,5%	6,5%
Imposto de renda e contribuição diferidos	97.839	4,5%	83.483	4,6%	17,2%
Pagamento baseado em ações	1.343	0,1%	-	0,0%	n/a
Provisão para contingências	6.757	0,3%	8.365	0,5%	-19,2%
Provisão para perdas em investimentos	6.539	0,3%	428	0,0%	1427,8%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>646.262</b>	<b>29,5%</b>	<b>452.446</b>	<b>25,02%</b>	<b>42,8%</b>
Capital social	789.070	36,0%	539.070	29,8%	46,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	45.004	2,1%	42.071	2,3%	7,0%
Custo de transação	(19.323)	-0,9%	(7.590)	-0,4%	154,6%
Reservas de capital	371	0,0%	-	0,0%	n/a
Reservas reflexas	4.643	0,2%	2.411	0,1%	92,6%
Ágio em transações de capital	(65.252)	-3,0%	-	0,0%	n/a
Prejuízos acumulados	(116.850)	-5,3%	(126.371)	-7,0%	-7,5%
Participação de não controladores	8.599	0,4%	2.855	0,2%	201,2%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.190.204</b>		<b>1.808.290</b>		<b>21,1%</b>

*Ativo Circulante*

O ativo circulante representa em 2018 25,4% do ativo total contra 19,76% em 2017, indo de R\$357,3 milhões para R\$556,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, há um aumento de 55,8% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento de R\$168,4 milhões do saldo de caixa, equivalentes de caixa, outros investimentos e depósitos bancários vinculados, que passou de R\$133,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$302,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, este incremento é decorrente da entrada no capital da Companhia de uma novo investidor, conforme descrito no item 6.3.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante representa em 2018 74,6% do ativo total contra 80,2% em 2017, indo de R\$1.450,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.633,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, há um aumento de 12,6% de um ano para o outro, principalmente impactados pelo aumento dos saldos das contas de investimento, imobilizado e intangível, reflexo da retomada dos investimentos em CAPEX.

*Passivo Circulante*

O passivo circulante representa, em 31 de dezembro de 2018, 13,6% do passivo e do patrimônio líquido total contra 7,29% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$131,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$298,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, há um aumento de 126,7% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento do saldo das contas de fornecedor à pagar e empréstimos e financiamento, este incremento é decorrente da entrada no capital da Companhia de uma novo investidor, conforme descrito no item 6.3.

*Passivo não Circulante*

O passivo não circulante representa, 31 de dezembro de 2018, 56,8% do passivo e do patrimônio líquido contra 67,69% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$1.224,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.245,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, há um aumento de 1,7% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento do saldo das contas de fornecedor à pagar e debêntures, este incremento é decorrente da entrada no capital da Companhia de uma novo investidor, conforme descrito no item 6.3.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido representa, em 31 de dezembro de 2018, 29,5% do passivo e do patrimônio líquido contra 25% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$452,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$646,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, há um aumento de 42,8% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento do capital social da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 30 de dezembro de 2017 comparado a 31 de dezembro de 2016**

<i>em milhares de reais</i>	<b>2017</b>	<b>AV %</b>	<b>2016</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>357.374</b>	<b>19,8%</b>	<b>254.988</b>	<b>15,7%</b>	<b>40,2%</b>
Caixa e equivalente de caixa	27.830	1,5%	52.906	3,2%	-47,4%
Outros investimentos	105.901	5,9%	18.385	1,1%	476,0%
Depósitos bancários vinculados	-	0,0%	3.085	0,2%	0,0%
Contas a receber e outros recebíveis	195.413	10,8%	160.777	9,9%	21,5%
Estoques	6.015	0,3%	6.470	0,4%	-7,0%
Impostos e contribuição a recuperar	19.956	1,1%	12.486	0,8%	59,8%
Despesas antecipadas	2.259	0,1%	879	0,1%	157,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.450.916</b>	<b>80,2%</b>	<b>1.373.584</b>	<b>84,3%</b>	<b>5,6%</b>
Depósitos bancários vinculados	9.642	0,5%	9.341	0,6%	3,2%
Contas a receber e outros recebíveis	650.511	36,0%	619.111	38,0%	5,1%
Dividendos a receber	1.299	0,1%	401	0,0%	223,9%
Depósitos judiciais	2.268	0,1%	4.546	0,3%	-50,1%
Impostos e contribuição a recuperar	13.574	0,8%	16.949	1,0%	-19,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.444	3,3%	70.199	4,3%	-13,9%
Investimentos	24.721	1,4%	19.389	1,2%	27,5%
Imobilizado	11.247	0,6%	13.332	0,8%	-15,6%
Intangível	677.210	37,5%	620.316	38,1%	9,2%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.808.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.628.572</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,0%</b>

<i>em milhares de reais</i>	<b>2017</b>	<b>AV %</b>	<b>2016</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>131.809</b>	<b>7,3%</b>	<b>751.938</b>	<b>46,2%</b>	<b>-82,5%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	45.711	2,5%	49.966	3,1%	-8,5%
Empréstimos e financiamentos	43.524	2,4%	333.434	20,5%	-86,9%
Debêntures	-	0,0%	336.653	20,7%	n/a
Obrigações fiscais	17.775	1,0%	13.140	0,8%	35,3%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	2.082	0,1%	n/a
Provisões e encargos trabalhistas	23.546	1,3%	16.113	1,0%	46,1%
Dividendos a pagar	732	0,0%	209	0,0%	250,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	521	0,0%	341	0,0%	52,8%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.224.035</b>	<b>67,7%</b>	<b>745.409</b>	<b>45,8%</b>	<b>64,2%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	5	0,0%	592	0,0%	-99,2%
Empréstimos e financiamentos	683.515	37,8%	608.156	37,3%	12,4%
Debêntures	385.619	21,3%	-	0,0%	n/a
Obrigações fiscais	62.620	3,5%	60.684	3,7%	3,2%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	883	0,1%	n/a
Imposto de renda e contribuição diferidos	83.483	4,6%	61.605	3,8%	35,5%
Provisão para contingências	8.365	0,5%	4.945	0,3%	69,2%
Provisão para perdas em investimentos	428	0,0%	8.544	0,5%	-95,0%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>452.446</b>	<b>25,0%</b>	<b>131.225</b>	<b>8,1%</b>	<b>244,8%</b>
Capital social	539.070	29,8%	283.156	17,4%	90,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	42.071	2,3%	-	0,0%	n/a
Custo de transação	(7.590)	-0,4%	(1.096)	-0,1%	592,5%
Reservas reflexas	2.411	0,1%	1.798	0,1%	34,1%
Prejuízos acumulados	(126.371)	-7,0%	(153.840)	-9,4%	-17,9%
Participação de não controladores	2.855	0,2%	1.207	0,1%	136,5%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.808.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.628.572</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,0%</b>

*Ativo Circulante*

O ativo circulante representa em 2017 19,8% do ativo total contra 15,7% em 2016, variando de R\$255 milhões para R\$357,4 milhões, há um aumento de 40,2% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento de R\$59,3 milhões do saldo de caixa, equivalente caixa, aplicações e depósitos bancários vinculados, que passou de R\$74,3 milhões em 2016 para R\$133,7 milhões em 2017, se deve a reestruturação de capital com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3

*Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante representa em 2017 80,2% do ativo total contra 84,3% em 2016, variando de R\$1.373,5 milhões para R\$1.450,9 milhões, há um aumento de 5,6% de um ano para o outro, principalmente impactados pelo aumento dos saldos das contas de investimento, imobilizado e intangível, reflexo da retomada dos investimentos em CAPEX, se deve a reestruturação de capital com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Passivo Circulante*

O passivo circulante representa em 2017 7,3% do passivo total contra 46,2% em 2016, variando de R\$751,9 milhões para R\$131,8 milhões, há uma diminuição de 82,5% de um ano para o outro, principalmente representado pelo diminuição do saldo das contas de empréstimos, financiamento e debêntures, se deve a reestruturação de capital com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Passivo não Circulante*

O passivo não circulante representa em 2017 67,7% do passivo total contra 45,8% em 2016, variando de R\$745,4 milhões para R\$1.224 milhões, há um aumento de 64,2% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento do saldo das

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

contas de empréstimos, financiamento e debêntures, se deve a reestruturação de capital com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido representa em 2017 25% do passivo total contra 8,1% em 2016, variando de R\$131,2 milhões para R\$452,4 milhões, há um aumento de 244,8% de um ano para o outro, principalmente representado pelo aumento do capital social, que em 2016 estava em R\$283,2 milhões e em 2017 R\$539,1 milhões, se deve a reestruturação de capital com a entrada do novo acionista, conforme descrito no item 6.3.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a receita operacional líquida da Companhia apresentou aumento de R\$126,8 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2018, representando incremento de 41%.

Comparada com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional bruta da Companhia apresentou um aumento de R\$ 170,0 milhões ou 26,9 % em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional bruta da Companhia foi de R\$631,8 milhões, apresentando um aumento de R\$97,9 milhões ou 18,3%, em comparação com o exercício social de 31 de dezembro de 2016, que registrou R\$533,9 milhões de receita bruta.

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito de seus contratos de concessão. Além disso, no âmbito das suas parcerias público-privadas, a Companhia recebe repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Em função das características do mercado onde a Companhia atua, suas receitas possuem alto grau de previsibilidade, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais, conforme mencionado no item "b" abaixo.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades.

#### ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais têm sido impactados positivamente em função da mudança no perfil da administração, ocorrido em agosto/2017, que busca incessantemente otimização dos recursos, que envolve desde centralização e padronização da cadeia de suprimentos, utilização de tecnologias inovadoras nas operações, programas de redução de custos e capacitação de profissionais, além do maior grau de maturidade adquirido pelas operações.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia são oriundas do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento esgoto, no âmbito dos contratos de concessão da Companhia. Além disso, no âmbito de suas parcerias público-privadas, a Companhia recebeu repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Tanto as tarifas quanto os repasses obedecem a critérios de reajustes anuais, que acompanham a inflação ou refletem a composição dos custos e despesas da Companhia, de acordo com índices de reajuste mais relevantes. Na hipótese de ocorrência de eventos extraordinários, a Companhia possui a prerrogativa de pleitear perante o poder concedente ou parceiro público o reequilíbrio contratual, de modo a restabelecer a rentabilidade originalmente prevista em cada um de seus contratos de concessão e/ou parceria público-privada.

As alterações de volume das receitas da Companhia ocorrem, preponderantemente, por meio de novas concessões e parcerias público-privadas, seja concorrendo em licitações, seja adquirindo participação societária em concessionárias.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Considerando que parcela significativa da estrutura de capital da Companhia é composta por capital de terceiros, o cenário atual de queda nas taxas de juros impacta positivamente as despesas financeiras da Companhia. Os contratos e financiamentos da Companhia utilizam como taxa de juros índices tais como o IGP-M, IPCA, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras intermediárias. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Instrumentos (valores em milhares de R\$)			Cenários apreciação das taxas					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros (em mil)</b>								
Aplicações financeiras	35.675	CDI	5,14	1.833	6,42	2.292	7,71	2.750
Outros investimentos	219.255	CDI	5,46	11.972	6,83	14.965	8,19	17.958
Depósitos bancários vinculados	62.917	CDI	5,36	3.370	6,70	4.213	8,03	5.055
Empréstimos - partes relacionadas	13.116	CDI	6,60	866	8,25	1.082	9,90	1.298
Recebíveis de contratos de concessão	835.180	IPCA	3,80	31.737	4,75	39.671	5,70	47.605
<b>Total</b>				49.778		62.223		74.666
<b>Passivos financeiros (em mil)</b>								
BNDES – partes relacionadas	(448.562)	TJLP	6,26	(28.080)	7,83	(35.100)	9,39	(42.120)
Cédula de crédito	(100.888)	CDI	5,50	(5.549)	6,88	(6.936)	8,25	(8.323)
Empréstimos - partes relacionadas	(2.277)	CDI	6,60	(150)	8,25	(188)	9,90	(225)
Debêntures	(579.735)	CDI	5,50	(31.885)	6,88	(39.857)	8,25	(47.828)
<b>Total</b>				(65.664)		(82.081)		(98.496)
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>				(15.886)		(19.858)		(23.830)
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>						(3.972)		(7.944)

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Ademais, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente não possuímos dívidas ou qualquer outra operação relevante em moeda estrangeira.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício corrente.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% (vinte por cento) de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passou a deter 100% (cem por cento) de participação nas referidas controladas. O valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores foram ajustados para refletir as mudanças nas relativas participações.

Em virtude da Companhia controlar o acionista minoritário (resultado da aquisição das quotas da PCT Participações Ltda.) das controladoras indicadas no parágrafo anterior, para tais investidas não há participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme ata de Assembleia Geral, realizada em 20 de dezembro de 2018, foram emitidas 17.166.398 ações ordinárias nominativas na controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$17.166 mil, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas e a Companhia passou a deter 81,79% e a PCT Participações Ltda. passou a deter 18,21% do capital social da referida controlada.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não praticamos operações ou eventos não usuais no último exercício social.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Nós, os diretores da Companhia, informamos que no ano de 2019, houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas. Desta forma, com exceção das alterações aqui listadas, as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

**Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15 - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

A Companhia e suas controladas adotaram novas normas em 1º de janeiro de 2019 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção dessas normas, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar a nova norma CPC 06 (equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases), que trata basicamente da classificação de contratos de leasing e aluguel. De acordo com referida norma, caso arrendatário possua o direito de controlar o uso do ativo e recebe substancialmente seus benefícios econômicos, seu registro deve ser equivalente ao de uma compra a prazo e seu valor deve ser registrado como ativo permanente.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais nas demonstrações financeiras consolidadas, relativos ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019:

<b>Consolidado</b>	<b>Impactos referente adoção do IFRS IFRS16/CPC 06 (R2)</b>
	<b>(valores em milhares de R\$)</b>
Ativos de direito de uso	8.953
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.953</b>
Arrendamento mercantil	3.921
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.921</b>
Arrendamento mercantil	5.032
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.032</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>8.953</b>

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos decorrentes da adoção da nova norma contábil – CPC 06, encontra-se demonstrado no quadro acima – 10.4.a.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi emitido com ressalvas.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia e demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi emitido sem ressalvas.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia e demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi emitido sem ressalvas.

O relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 foi emitido sem ressalvas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

Entendemos que as práticas contábeis críticas são aquelas que caso alterada, acarretariam alterações contábil relevante.

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Consolidação de entidades: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma coligada; e
- (ii) Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

*Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato*

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

*Transações com pagamentos baseados em ações*

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, conforme programa implantando no ano de 2019.

*Tributos*

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao último exercício social e ao período corrente.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 – Plano de Negócios

#### a. Investimentos

##### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais, os investimentos registraram aumento significativo no segundo trimestre de 2019, chegando a R\$109.545 mil.

Os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão e PPPs das operações da Companhia e suas controladas.

Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seguir o detalhamento dos investimentos para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

(em milhares de R\$)

<b>Investimentos</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Água	24.164	104.601	61.378	22.005
Esgoto	72.500	121.034	21.414	20.341
Outros	12.882	66.997	22.620	44.288
<b>Total</b>	<b>109.545</b>	<b>292.633</b>	<b>105.412</b>	<b>86.634</b>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, os investimentos totalizaram R\$109,5 milhões. Destacam-se como principais investimentos no período:

- (i) Águas Cuiabá, que representa 60% (sessenta por cento) dos investimentos no período:
  - o Investimentos realizados para modernização, reativação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) da Prainha e para melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dom Aquino. Com os investimentos, o Rio Cuiabá deixa de receber cerca de duas toneladas de carga poluidora por dia em seu leito.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

- Inauguração da EEE Tijucal, que bombeará o esgoto coletado de aproximadamente 15 (quinze) bairros para a estação de tratamento de esgoto, retirando 1,5 tonelada de carga orgânica do Rio Coxipó.
- (ii) Tubarão Saneamento, que representa 11% (onze por cento) dos investimentos no período:
  - Intensificados os investimentos para a implantação do Sistema de Esgoto, ETE Figueira.
- (iii) Atibaia Saneamento, que representa 10% (dez por cento) dos investimentos no período:
  - Investimentos realizados ampliação e modernização na ETE Estoril. A ampliação do sistema de esgoto beneficiará 85 mil moradores da cidade bem como o meio ambiente.
  - ETE Caetetuba, que atenderá 25 (vinte e cinco) novos bairros no município.
- (iv) Paranaguá Saneamento, que representa 9% (nove por cento) dos investimentos no período:
  - Realizados investimentos em esgoto para a finalização da 2ª (segunda) etapa do Sistema Comineense de esgotamento sanitário.
- (v) Sanessol, que representa 5% (cinco por cento) dos investimentos no período:
  - Inauguração da ETE Fartura, considerada uma das mais modernas estações de tratamento de esgoto. Com a entrega, a cidade alcança a universalização do serviço e torna-se referência no cenário nacional.

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

Em dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas tem contratadas as principais linhas de crédito apresentadas no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Até 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas não haviam divulgado qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

**c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.